

[PostNL Track & Código de rastreio:] & [Data:/...../2025],

Para: o presidente da câmara, o funcionário e os funcionários ou representantes legais que trabalham no e para o Estado dos Países Baixos na área geográfica com o nome dos Países Baixos,

Tema: "Porque não votamos e não reivindicamos os nossos direitos";

Prezado Presidente da Câmara e Secretário e todos os funcionários públicos ou representantes legais, Você receberá uma carta muito **oficial** de nós com palavras difíceis e leis. Mas esta carta destina-se a explicar-vos em linguagem simples **por que** razão estamos a fazer isso.

1. Perdeu-se a nossa confiança:

Vemos que há demasiadas promessas **e quebras**. Vemos que o dinheiro que **nos** é destinado vai para grandes panelas ou projetos distantes. Vemos que **as pessoas não estão ouvindo** o que o homem e a mulher comuns precisam.

Quando você dá a alguém a sua **confiança**, é um **presente**. Esse presente já foi destruído demasiadas vezes. É por isso que dizemos: "**Parem! É o suficiente.**"

2. Votar é dar poder:

Quando você vota, você dá a algumas pessoas **o poder de** decidir sobre sua vida por **quatro anos**. Você lhes dá permissão para falar, governar e fazer regras em seu nome.

Nós não **fazemos mais isso**. Ao não votarmos, dizemos muito claramente: "**Já não vos damos o nosso poder. Não apoiamos os seus planos.**"

Esta é a nossa **liberdade**. Esse é o nosso **bom senso**. Mantemos a nossa **autodeterminação** – o direito de decidir sobre nós próprios – **nas nossas próprias mãos**.

3. Somos pessoas, não números:

A carta oficial explica que **somos pessoas vivas**, e não apenas o **número de "cidadão"** num computador. Os nossos sentimentos e desejos são mais importantes do que as regras que já não compreendemos.

Pedimos-lhe que perceba isto: o nosso ato não é preguiça. É um **grito de socorro** e uma **decisão ativa** que decorre de cuidados profundos. Esta é a nossa maneira de dizer: "**Enquanto você se comportar assim, não temos nada a ver com você**".

4. O que pedimos agora:

Pedimos-lhe que leve a sério a carta oficial. Se ignoram as regras e os nossos direitos, ou se fingem que ainda apoiamos a política, chamamos-lhe **abuso**.

É por isso que dissemos na carta oficial:

- Deve responder corretamente **no prazo** máximo de 7 dias,
- Se você abusar, vai custar-lhe **muito dinheiro** (a multa),

Isso não é para intimidá-lo. Esta é a **única forma** de deixar claro que, desta vez, queremos dizer o que dizemos: **já não estamos representados. Somos livres**.

Assumimos a nossa posição de que compreenderão finalmente este sinal claro e de que os políticos começarão a pensar.

[ASSINATURA (AZUL):]

ULTIMATO JURÍDICO FINAL E SALVAGUARDA DOS DIREITOS SOBERANOS

CANAIS DE COMUNICAÇÃO: Apenas por **correio registado com aviso de receção**;

TO: o *prefeito do município*;

CÓPIA PARA: o *escrivão do município*;

[INSERIR NOME DO MUNICÍPIO:

.....],

[INSERIR ENDEREÇO DO MUNICÍPIO:

.....],

[INSERIR A CIDADE DO MUNICÍPIO:

.....],

Assunto: ULTIMATO E FORMALIZAÇÃO DO DIREITO SOBERANO À AUTODETERMINAÇÃO -
Notificação formal de não consentimento, liberação de representação, **invalidação** e instrução rigorosa para **resposta ativa** no prazo de 7 (sete) dias.

Prezados Prefeito e Representantes Legais,

O abaixo assinado, o **Homem Vivo** (doravante: o Homem), sendo a pessoa soberana:

- **[Nome completo registado:**
.....],

- nascido em **[Data de nascimento:**/...../.....],-----

- e residindo em **[Endereço completo:**..... **no:**,
Código Postal, **Escolher uma cidade em**
.....], declara, por meio desta carta, que assinando a **tinta azul** representa o mais alto nível de soberania e expressão de vontade, o seguinte ultimato final:

1. Declaração ativa de intenção, autodeterminação e anulação

Tendo em vista as eleições legislativas marcadas para **quarta-feira, 29 de outubro de 2025**, é formal, irrevogável e com consequências legais que o Homem **não fará uso** do direito de voto. Este ato não é um ato de passividade, mas uma **declaração de intenções ativa e juridicamente consignada** com o sistema constitucional neerlandês.

Fundamento no Código Civil (BW): De acordo com o **artigo 3:33 do Código Civil**, a vontade do homem tem como consequência jurídica a **preservação da soberania absoluta**. Ao abster-se conscientemente de votar, o Homem recusa-se expressamente a **celebrar o** acordo de mandato implícito **com os representantes recém-eleitos**. A omissão de medidas é, portanto, uma **decisão ativa não vinculativa** formalizada por este documento.

Efeitos legais (anulação): O Homem declara que qualquer **ato** ou **mandato** do

[ASSINATURA (AZUL):]

O governo recém-formado, os Estados Gerais ou o Município, que se destine a produzir efeitos jurídicos vinculativos sobre a pessoa, bens ou direitos da Pessoa, e que surja das eleições de 29 de outubro de 2025, **será considerado** nulo em relação ao Homem, desde que a declaração soberana de intenções não seja refutada por escrito e com razões legais.

2. Dispensa constitucional de representação (art.º 50.º e 1.º Gw)

O homem faz uma distinção fundamental entre a pessoa coletiva «cidadão» e o **soberano homem vivo**. Esta distinção tem as seguintes consequências constitucionais:

- **Artigo 50.º da Constituição (Liberdade de Representação):** Devido a este consentimento explícito, o homem **deixa** de aceitar a autoridade representativa dos Estados Gerais sobre a sua pessoa, propriedade e trabalho. Os resultados das eleições de 29 de outubro de 2025 não têm, portanto, **validade jurídica nem força vinculativa** para os seres humanos.
- **Artigo 1.º da Constituição (Princípio da Igualdade):** O homem exige que esta escolha soberana pela não vinculação seja tratada com igual respeito e sem discriminação.

3. Recurso à ordem jurídica superior e aos tratados internacionais (artigo 94.º da Constituição)

O homem invoca o **precedente** das seguintes **disposições** de direito internacional (de acordo com o **artigo 94.º da Constituição**) que são vinculativas para todos, a fim de salvaguardar o estatuto natural do **Homem Vivo**:

- **Artigo 1.º do PIDCP:** O **direito inalienável à autodeterminação** é a base para a retirada do consentimento político.
- **Artigo 3.º da DUDH:** "Toda a pessoa tem direito à vida, à liberdade e à **inviolabilidade**".
- **Artigo 21.º, n.º 3, da DUDH:** A **vontade de não participar** revoga o fundamento da autoridade sobre a própria pessoa.
- **Artigo 8.º da CEDH:** O direito ao respeito pela vida privada implica o direito à **autodeterminação** do Estado das pessoas.

4. Ultimato: compromisso de resposta ativa e aceitação tácita

O presidente da Câmara foi **instruído** a responder ativamente, **com motivação e por escrito** aos progressos substanciais nesta carta.

Condição de aceitação expressa: Se o ser humano **não tiver recebido uma resposta fundamentada, escrita e negativa** à reivindicação de soberania não vinculativa **no prazo de sete (7) dias de calendário** a partir da data oficial de receção desta carta registada:

1. Considera-se consentimento tácito da declaração soberana de intenções aqui contida?

[ASSINATURA (AZUL):]

2. A afirmação de que o homem está a salvo das consequências jurídicas das eleições é considerada e reconhecida **como irrevogável**?

5. Recurso ao direito de oposição (RGPD)

Para reforçar a diretiva de avanço soberano, De Mens invoca formalmente **o artigo 21.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)** (Direito de Oposição).

A De Mens opõe-se ao tratamento de dados pessoais na medida em que esse tratamento se destine a vincular a Mens ao **mandato político** ou representação legal resultante das eleições. O Município é obrigado a registar esta declaração soberana de intenções como endosso **formal e permanente** dos dados pessoais.

6. Penalidade e responsabilidade imediata (artigo 6:162 do Código Civil neerlandês)

A fim de **proteger a soberania declarada**, De Mens fixa uma multa imediatamente devida e pagável e responsabiliza pessoal e solidariamente o **presidente da câmara, o município e todos os funcionários envolvidos** pelos danos causados pela violação desta vontade soberana, em conformidade com **o artigo 6:162 do Código Civil neerlandês (ato ilícito)**.

Em caso de violação da soberania (incluindo ignorar a declaração de nulidade ou a objeção ao RGPD):

- A violação implica o **confisco** e o pagamento imediato de uma sanção pecuniária compulsória de **€ 50.000 (cinquenta mil euros)** por violação? Este montante é uma **compensação formalizada** pela violação do direito fundamental e garantido à autodeterminação do ser humano vivo.

"Você é obrigado a incluir este relatório em todos os registos relevantes e a aceitar as consequências dessas instruções rigorosas".

'Anotado'

Com os melhores cumprimentos e sem prejuízo de todos os direitos soberanos,

O Homem Vivo:

[Nome completo registado:];

[Data:/...../2025],

Assinatura:.....

(Assinatura apenas em tinta AZUL)

DITADURA DOS FACTOS: FIM ABSOLUTO DA SUA ILUSÃO JURÍDICA

Para: O Presidente da Câmara Municipal e todos os Representantes Legais Envolvidos

Assunto: RETIRADA IMEDIATA DO CONSENTIMENTO E DITADO DA REALIDADE JURÍDICA.

OUÇA COM ATENÇÃO E ENTENDA A REALIDADE DO CASCALHO:

Trata-se de uma **DECLARAÇÃO DE GUERRA** contra a fraude **causada por políticas deliberadamente erradas**. O tempo para paciência e consentimento acabou. Seu status e ações são **ilegais** e o mundo jurídico o expôs irrevogavelmente.

I. A FRAUDE DA CORPORAÇÃO ACABOU

Você representa **UM governo ilegítimo**, você não é legitimamente eleito pela população, mas nomeado por um sindicato do crime organizado internacional, o governo da ONG como uma entidade registrada. Com a seguinte declaração rejeitamos o seu **convite (STEMPAS)**, porque nós a população somos vítimas do FEM, agenda que você está implementando como um implementador nomeado:

O formulário, intitulado "STEMPAS", trata-se de uma convocação para a eleição dos membros da Segunda Câmara dos Estados Gerais, marcada para o dia 29 de outubro de 2025. O documento está dividido em duas colunas. A coluna da esquerda contém perguntas orientadoras sobre o processo de votação, como o horário (7h30 às 21h00), o local (no corpo aberto) e onde encontrar mais informações. A coluna da direita fornece instruções sobre o que levar para votar (cartão de identidade, passaporte ou documento de residência) e esclarece que o documento é pessoal e não pode ser emprestado. No canto inferior direito, há o código "TK25".

O formulário, intitulado "VOLMACHTBEWIJS", serve para conceder poderes de voto a outra pessoa. É datado de 24 de outubro de 2025. O documento contém perguntas sobre a validade do documento, a necessidade de uma cópia fotográfica e a possibilidade de dar poderes a terceiros. A seção principal, "Mijn handtekening", requer a assinatura do titular dos poderes e a identificação da pessoa a quem os poderes são concedidos (nome e endereço). Abaixo, há uma seção para a assinatura da pessoa autorizada e uma lista de instruções para o uso correto dos poderes, incluindo a obrigação de votar pessoalmente e não emprestar o documento. No final, há uma linha para o número de votos a serem atribuídos, com o limite de dois votos para outros eleitores.

"Infelizmente tenho de recusar este convite como quero e preciso de garantir a minha autodeterminação como Ser Humano, e não posso autorizar a minha entidade morta, a ONG corrupta Estado, através da minha certidão de nascimento, a tomar decisões em meu nome ou a aplicar políticas que prejudiquem os meus próprios interesses."

COMPROVATIVO DO SEU ESTATUTO EMPRESARIAL: A sua entidade está registrada como

Entidade no exterior na Companies House. O nome: **O REINO DOS PAÍSES BAIXOS,**

A forma jurídica: **GOVERNO.** O registo: **OE029714.**



Companies House

OE01(ef)

Application to register an Overseas Entity



Received for filing in Electronic Format on the: **03/05/2023**

XC2PX8W2

Overseas Entity Name: **THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS**

Country Of Incorporation: **NETHERLANDS**

Legal Form: **GOVERNMENT**

Governing Law: **NETHERLANDS**

Overseas Entity Address: **8 RIJNSTRAAT
THE HAGUE
Netherlands 2515XP**

Service Address: **P.O. BOX 20061 THE HAGUE
THE HAGUE
Netherlands 2500ED**

Electronically filed document for Company Number:

OE029714

Isto confirma:

A Holanda é uma empresa e **NÃO** está autorizada a representar a população como uma empresa ONG.

SOMOS SOBERANAS. Seguimos o exemplo da Casa de Orange: o Rei Guilherme, a Rainha Máxima e a Princesa Beatriz não votam.



HET KONINKLIJK HUIS

Home > Onderwerpen > Rol van het staatshoofd > Vraag en antwoord >

Heeft de Koning stemrecht?

De Koning heeft stemrecht, maar maakt er geen gebruik van omdat hij onpartijdig is.

Aangezien stemmen in Nederland geheim is, zou dit kunnen leiden tot speculaties op welke partij de Koning stemt. Overigens zou de Koning, als dit niet het geval was, een blanco stem uitbrengen.

Ook Koningin Máxima, de Prinses van Oranje en Prinses Beatrix maken geen gebruik van hun stemrecht.

Deste modo, conservam a sua autonomia e o seu direito à autodeterminação. "**Reivindicamos e garantimos o mesmo direito**".

II. O FUNDAMENTO JURÍDICO FOI-LHE RETIRADO

Você está agindo sob leis que **foram derrubadas pela** autoridade da Suprema Corte dos EUA em todo o mundo. Uma vez que estamos sob o ocupante da Segunda Guerra Mundial, estas leis também se aplicam

em toda a Europa.

1. **A DOCTRINA CHEVRON ESTÁ MORTA:** A doutrina **Chevron** foi anulada pela Suprema Corte dos EUA em 28 de junho de 2024. Isso acaba com a interpretação de 40 anos de que os tribunais tinham que "ceder" às interpretações das agências de leis ambíguas.

O seu poder de interpretar regulamentos foi anulado. Os tribunais têm agora de utilizar o seu **juízo independente**.

2. **SUAS LEIS SÃO ILEGAIS:** Nós **NÃO** somos **mais** regidos pelo Corp Act de 1871. Suas "Leis Policiais" são **ILEGAIS** porque se enquadram na lei inexistente "**Perdão de Deus**".
3. **O DIREITO PENAL:** A única lei que agora se aplica a todos é: Não mate - não roube - não ameace/coaja - e não viole os direitos de outras pessoas.

III. ENCERRAMENTO DA REDE DE JUSTIÇA PENAL

Qualquer ação adicional contra o Homem soberano está sujeita às leis internacionais e federais destinadas a processar você e sua entidade:

- **LEI RICO ESTÁ EM VIGOR:** A Lei de **Organizações Corruptas e Influenciadas por Extorsão** combate o crime organizado. Centra-se numa

atividades de extorsão e aplica-se a pessoas jurídicas e ilegais.

Os líderes podem ser processados por crimes cometidos pelos seus subordinados.

- **EO 13818: O BLOQUEIO:** A Ordem Executiva 13818 (Donald J. Trump, 2017) declara o **estado de emergência** contra a ameaça de **graves violações dos direitos humanos e corrupção**. BLOQUEIA **BENS** de pessoas direta ou indiretamente envolvidas em corrupção ou violações dos direitos humanos a nível nacional e internacional.

É proibido por esta ordem cometer crimes contra a população ou cometer tráfico de seres humanos.

- **O CÓDIGO DE NUREMBERGA: O JULGAMENTO:** Qualquer pessoa envolvida em **tráfico humano ou genocídio** (incluindo facilitar crimes COVID-19 com locais de teste e/ou centros de vacinação) será julgada de acordo com o Código de Nuremberg

. O princípio fundamental é:

O consentimento voluntário do sujeito é absolutamente essencial, sem qualquer elemento de força, fraude, engano, coerção ou exagero.

O ULTIMATO

ISTO É SÉRIO. A sua posição é insustentável. O seu fracasso será punido de acordo com o direito internacional usando o artigo 94 da Constituição. O Homem **soberano RETIROU e PROIBIU** a permissão para você continuar a agir em nosso nome.

EXIGIMOS A CESSAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS ATOS ILÍCITOS CONTRA A POPULAÇÃO.

ASSUNTO: AÇÃO IMEDIATA – ESTÁ SOB INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

NÃO ESTAMOS À ESPERA DA SUA RESPOSTA. Estamos apenas observando sua **AÇÃO IMEDIATA** e as consequências disso serão **PESSOAIS**.

OS SEUS CRIMES JÁ FORAM (OU CONTINUAM A SER) DENUNCIADOS INTERNACIONALMENTE:

CRIMES E ABUSOS CONTRA A HUMANIDADE já foram comunicados de todos os cantos da área geográfica **dos PAÍSES BAIXOS** à **POLÍCIA MILITAR DOS EUA-EXÉRCITO EUROPA, DEPARTAMENTO CID (DADOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)** **por** ATOS POLÍTICOS CRIMINOSOS DENTRO DA UE CONTRA CIVIS.

PAÍSES BAIXOS = TERRITÓRIO LEGALMENTE OCUPADO

Você opera sob uma ficção jurídica e militar insustentável.

- **SEM PAZ:** A Holanda NUNCA assinou pela paz. As forças de ocupação do SHA-EF foram transferidas para o EUCOM US-ARMY em 30 de novembro de 2007. A Holanda é e continua sendo TERRITÓRIO OCUPADO sob supervisão americana.
- **A FRAUDE DE 1947:** A rainha Guilhermina assinou um decreto real em 1947 que devolveu tudo ao Tratado de Paz Mundial de 1937 em Haia, como resultado do qual no papel uma segunda guerra NUNCA ocorreu oficialmente. Isso permitiu que o governo ilegal retomasse ilegalmente o poder em 1945 e continuasse.
- **PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR:** Em 2024, uma equipe de Postmasters juramentados sob a bandeira dos Estados Unidos (Título 4 Capítulo 1/2/3) enviou uma carta ao presidente Donald J. Trump com **PROVAS CONTUNDENTES** e o **pedido de INTERVENÇÃO MILITAR NOS**

PAÍSES BAIXOS. Como ainda somos oficialmente território ocupado no papel, a paz nunca foi assinada de acordo com as forças de ocupação aliadas.

- **CENÁRIO FUTURO:** Lembre-se das palavras do presidente Donald J. Trump durante a cúpula da OTAN 2025 em Haia: A Holanda pode muito bem se tornar o "**51º Estado**", mas **com intervenção militar**. O casal real cumpre com o "**Central Casting**".

QUALQUER ATRASO OU DESCONHECIMENTO DESTES FACTOS É PROVA DE CUMPLICIDADE EM ATOS POLÍTICOS CRIMINOSOS, TANTO A NÍVEL NACIONAL COMO INTERNACIONAL.

O Dever para a Paz e a Observância do Pacto Briand-Kellogg (1928)

O Homem Vivo baseia as suas ações no **dever fundamental de manter a paz e a justiça internacionais**. Rejeitamos um modelo de governação que impõe o caos e a destruição em nome do globalismo e do ganho comercial como contrário a este dever.

Nossa declaração soberana de intenções é uma consequência direta da necessidade de cumprir tratados internacionais superiores, incluindo o **Pacto Briand-Kellogg de 1928** (Pacto de Paris – **Tratado Geral de Renúncia à Guerra como Instrumento de Política Nacional**). Este tratado, antecessor das Nações Unidas, **condena e rejeita a guerra como instrumento de política nacional**.

Cumplicidade e renúncia: Ao pagar impostos diretos e indiretos (imposto sobre o número de trabalhadores, IVA, etc.), os cidadãos são involuntária e involuntariamente responsabilizados financeiramente pelo financiamento de modelos de governação agressivos. Corre-se o risco de cumplicidade em atos que violam o direito internacional da paz.

Com esta notificação e a revogação do mandato , **a De Mens distancia-se irrevogavelmente de qualquer cumplicidade** no financiamento de ações ilegais, agressivas ou beligerantes, atuando **assim em estrita conformidade com os princípios da paz internacional**.

A SUA GUERRA É UMA PARTICIPAÇÃO NA(S) COBERTURA(S) CRIMINAL(AIS) [INTERNACIONAL]

TO: OS REPRESENTANTES LEGAIS DO "GOVERNO" ERRÔNEO

ESTÁ AGORA A OLHAR DIRETAMENTE PARA O ABISMO. É HORA DE VOCÊ ACORDAR E ENTENDER EXATAMENTE O QUE ESTÁ FAZENDO.

O GRANDE ENGANO DA GUERRA

Os ruidosos apelos à guerra na Europa, vindos de partidos como o Pvda, o D66 e o VVD, são **DESVIOS OBSCENOS**. Não se trata de uma estratégia política, trata-se de um **PLANO FINANCEIRO CRIMINAL**.

Você vende o iminente e **INEVITÁVEL COLAPSO** do atual sistema financeiro como uma "necessidade", puramente para **poder implementar a GRANDE DITADURA DO WEF**. Trata-se de uma **CORRUPÇÃO PURA e MOTIVADA por INTERESSES PRÓPRIOS** ao mais alto nível. Estão a tentar enterrar a confusão financeira que criaram no âmbito de uma guerra.

O RECRUTAMENTO É UM COMANDO ILEGAL

Deixe de lado a ameaça de um reavivamento ou introdução do **ALISTAMENTO MILITAR** agora. É **ilegal** e uma violação direta do direito humano.

NÃO PODES FAZER ISSO! A verdade simples e dura é que o "**ESTADO DOS PAÍSES BAIXOS**" **NÃO É UMA ENTIDADE JURÍDICA**. Você é uma ficção. Você não tem autoridade para ordenar que as pessoas morram por uma empresa comercial.

A TRAIÇÃO HISTÓRICA É BEM CONHECIDA

Para lhe dar um último tapa na cara, nós o forçamos a enfrentar a verdade:

A **TRAIÇÃO HISTÓRICA** QUE GARANTIU O ENVOLVIMENTO DOS EUA NA GUERRA FOI DOCUMENTADA. A chamada "**CARTA À MÁXIMA**" fornece a visão fria e dura de uma trama secreta:

Os serviços secretos britânicos **MATARAM** a tripulação de um **SUBMARINO HOLANDÊS K 17** e **EXPLODIRAM O NAVIO** depois de finalmente muito tempo implorando pelo Presidente Roosevelt e o Presidente Churchill obteve a sua permissão da Rainha Guilhermina. Porquê? Porque eles tinham sinalizado a tripulação naval holandesa do K-17 a frota japonesa em direção a **PEARL HARBOR**, não a **NAVY** dos EUA em Pearl Harbor "**NÃO DEVE SER AVISADO**" toda a tripulação acabou custando uma sepultura marinha.

Fonte – provas:

De Telegraaf, zaterdag 22 maart 1980.



A SUPERPOTÊNCIA NORTE-AMERICANA TEVE DE IR PARA A GUERRA! Este era o negócio sujo para apoiar o seu sistema corrupto na Europa, eles tinham perdido o controle (poder) sobre o setor financeiro na Alemanha. A Alemanha não começou a guerra, mas os Aliados bombardearam a Alemanha 12 vezes com ataques pesados.

SUA LEGITIMIDADE É CONSTRUÍDA SOBRE OS CADÁVERES DE SUAS PRÓPRIAS ALMAS.

PENSE POR UM MILÉSIMO DE SEGUNDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA SUA CORRUPÇÃO ATUAL E O SEU LUGAR NESTA HISTÓRIA HISTÓRICA.

O Aviso Legal Final em anexo é a expressão formal e irrevogável destas conclusões e do nosso direito soberano à autodeterminação, ver páginas 1 a 4.

APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL DOS EUA

ORDEM EXECUTIVA 13818 (BLOQUEIO E CORRUPÇÃO)

A **Ordem Executiva dos EUA EO 13818** está em vigor e visa **BLOQUEAR A PROPRIEDADE** de indivíduos envolvidos em **GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS OU CORRUPÇÃO**.

Este decreto **PROÍBE** a prática de crimes contra a população. Estas leis também se aplicam em toda a Europa, porque a Europa **se enquadraria no** "OCUPANTE" DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (OS EUA).

EO 13818 declara que graves violações dos direitos humanos e corrupção representam uma **AMEAÇA INCOMUM E EXTRAORDINÁRIA** à segurança nacional e economia dos EUA, e **AUTORIZA** o bloqueio de propriedade dos envolvidos.

DCPD-201700923 – **Ordem Executiva 13818** – bloqueio de bens de pessoas envolvidas em graves violações dos direitos humanos ou corrupção:

<https://www.govinfo.gov/app/details/DCPD-201700923>

[Donald J. Trump \(1º mandato\)](#)

45º Presidente dos Estados Unidos: 2017 - 2021

Ordem Executiva 13818 – Bloqueio de Bens de Indivíduos Envolvidos em Graves Violações dos Direitos Humanos ou Corrupção

Terça-feira, 20 de dezembro de 2017

Pela autoridade que me é conferida como Presidente pela Constituição e pelas leis dos Estados Unidos da América, incluindo o International Emergency Economic Powers Act (50 U.S.C. 1701 *et seq.*) (IEEPA), o National Emergencies Act (50 U.S.C. 1601 *et seq.*) (NEA), o Global Magnitsky Human Rights Accountability Act (Public Law 114-328) (a "Lei"), seção 212(f) da Lei de Imigração e Nacionalidade de 1952 (8 U.S.C. 1182(f)) (INA), e seção 301 do Título 3, Código dos Estados Unidos,

Eu, Donald J. Trump, Presidente dos Estados Unidos da América, acredito que a prevalência e a gravidade das violações dos direitos humanos e da corrupção que têm origem, no todo ou em grande medida, fora dos Estados Unidos, tais como as cometidas ou dirigidas por pessoas enumeradas no apêndice a esta ordem, atingiram uma magnitude e gravidade tais que ameaçam a estabilidade dos sistemas políticos e económicos internacionais. As violações dos direitos humanos e a corrupção comprometem os valores que constituem um alicerce essencial de sociedades estáveis, seguras e funcionais; têm consequências devastadoras para os indivíduos; enfraquecer as instituições democráticas; o Estado de direito; perpetuar conflitos violentos; facilitar as atividades das pessoas perigosas; e minar os mercados económicos. Os Estados Unidos procuram impor consequências tangíveis e significativas àqueles que cometem graves violações dos direitos humanos ou se envolvem em corrupção, e proteger o sistema financeiro dos Estados Unidos de abusos por parte dos mesmos indivíduos.

Por conseguinte, registo que as graves violações dos direitos humanos e a corrupção em todo o mundo representam uma ameaça invulgar e extraordinária para a segurança nacional, a política externa e a economia dos Estados Unidos, e declaro por este meio uma emergência nacional para fazer face a essa ameaça.

Venho por este meio determinar e recomendar:

Secção 1. (a) Todas as propriedades e interesses em imóveis localizados nos Estados Unidos, doravante entrando nos Estados Unidos, ou entrando na posse ou controle de uma pessoa dos

Estados Unidos das seguintes pessoas, são bloqueados e não podem ser transferidos, pagos, exportados, retirados ou de outra forma negociados:

i) as pessoas enumeradas no anexo da presente decisão,

ii) qualquer pessoa estrangeira designada pelo Ministro das Finanças, ouvido o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Procurador-Geral:

(A) ser responsável ou cúmplice de, ou ter estado direta ou indiretamente envolvido em, graves violações dos direitos humanos;

B) Ser um funcionário público atual ou anterior, ou uma pessoa que atue em nome ou por conta desse funcionário, que seja responsável ou cúmplice de, ou tenha estado direta ou indiretamente envolvido em:

(1) corrupção, incluindo a apropriação indevida de bens do Estado, a expropriação de bens privados para benefício pessoal, a corrupção relacionada com contratos públicos ou a extração de recursos naturais, ou suborno; ou (2) a transferência ou facilitação da transferência do produto da corrupção;

C) Ser ou ter sido dirigente ou funcionário de:

(1) uma entidade, incluindo qualquer agência governamental, que tenha exercido ou cujos membros tenham exercido qualquer das atividades descritas nas subsecções (ii)(A), (ii)(B)(1) ou (ii)(B)(2) desta secção relacionadas com o mandato do líder ou funcionário; quer

2) Uma entidade cujos bens e interesses patrimoniais tenham sido bloqueados nos termos do presente despacho em resultado de atividades relacionadas com o mandato do dirigente ou funcionário; quer

(D) tentou exercer qualquer uma das atividades descritas nas subsecções (ii)(A), (ii)(B)(1) ou (ii)(B)(2) desta seção; e ainda

iii) qualquer pessoa designada pelo Ministro das Finanças, ouvido o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Procurador-Geral:

A) Ter prestado assistência material, patrocínio ou apoio financeiro, material ou tecnológico, ou bens ou serviços a, ou em apoio a:

(1) qualquer atividade descrita nas subsecções (ii)(A), (ii)(B)(1) ou (ii)(B)(2) desta seção que seja realizada por uma pessoa estrangeira;

2) Qualquer pessoa cujos bens e interesses patrimoniais tenham sido bloqueados nos termos do presente despacho; quer

3) Qualquer entidade, incluindo qualquer entidade pública, que tenha exercido ou cujos membros tenham exercido qualquer das atividades descritas nas subsecções (ii)(A), (ii)(B)(1) ou (ii)(B)(2) da presente secção, quando a atividade for exercida por uma pessoa estrangeira;

(B) ser propriedade ou controlada por, ou ter agido ou alegado agir em nome ou por conta de, direta ou indiretamente, qualquer pessoa cujos bens e interesses patrimoniais tenham sido bloqueados nos termos da presente ordem; quer

(C) tentou exercer qualquer uma das atividades descritas nas subsecções (iii)(A) ou (B) desta seção.

(b) As proibições da subsecção (a) desta secção aplicam-se exceto na medida prevista nos estatutos, ou em regulamentos, ordens, diretivas ou licenças que possam ser emitidos nos termos da presente

Ordem, e não obstante qualquer contrato celebrado ou qualquer licença ou permissão concedida antes da data de entrada em vigor da presente Ordem.

Secção 2. A entrada irrestrita de imigrantes e não imigrantes nos Estados Unidos de estrangeiros determinados a cumprir um ou mais dos critérios da Seção 1 desta ordem seria prejudicial aos interesses dos Estados Unidos, e a entrada dessas pessoas nos Estados Unidos, como imigrantes ou não imigrantes, fica suspensa. Esses indivíduos são tratados como indivíduos abrangidos pela Seção 1 da Proclamação 8693 de 24 de julho de 2011 (Suspensão da entrada de estrangeiros sujeitos a proibições de viagem do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sanções da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional).

Secção 3. Determino que fazer doações dos tipos de itens especificados na Seção 203(b)(2) da IEEPA (50 U.S.C. 1702(b)(2)) por, para, ou em benefício de qualquer pessoa cujos bens e interesses em propriedade estejam bloqueados nos termos desta ordem, aumentará minha capacidade de lidar com a emergência nacional decretada nesta ordem, e eu proíbo tais doações conforme previsto na Seção 1 desta ordem.

Secção 4. As proibições da secção 1 incluem:

- a) Fazer uma contribuição ou fornecer fundos, bens ou serviços por, para ou em benefício de qualquer pessoa cujos bens e interesses patrimoniais estejam bloqueados nos termos do presente despacho; e ainda
- b) O recebimento de uma contribuição ou o fornecimento de fundos, bens ou serviços dessa pessoa.

Secção 5. (a) Qualquer transação que evite ou evite, vise evadir ou evitar, cause ou tente violar qualquer uma das proibições contidas nesta ordem é proibida.

(b) Qualquer conspiração formada para violar qualquer uma das proibições desta ordem será proibida.

Secção 6. Para efeitos da presente decisão, entende-se por:

- a) "Pessoa", uma pessoa singular ou coletiva;
- b) Entende-se por "entidade" uma parceria, associação, fundo fiduciário, empresa comum, sociedade, grupo, subgrupo ou outra organização; e ainda
- (c) o termo "pessoa nos Estados Unidos" significa qualquer cidadão dos Estados Unidos, um estrangeiro residente permanente, uma entidade organizada sob as leis dos Estados Unidos ou qualquer jurisdição dentro dos Estados Unidos (incluindo afiliadas estrangeiras), ou qualquer pessoa nos Estados Unidos.

Secção 7. Para as pessoas cujos bens e interesses patrimoniais tenham sido bloqueados nos termos do presente despacho e que possam ter uma presença constitucional nos Estados Unidos, verifico que, devido à capacidade de transferir imediatamente dinheiro ou outros bens, aviso prévio a essas pessoas das medidas a tomar nos termos do presente despacho, tornaria essas medidas ineficazes. Por conseguinte, observo que, para que estas medidas sejam eficazes na resposta à emergência nacional declarada no presente despacho, não é necessária a notificação prévia de uma listagem ou determinação ao abrigo do presente despacho.

Secção 8. O Secretário do Tesouro, em consulta com o Secretário de Estado, fica autorizado a tomar tais medidas, incluindo a adoção de regras e regulamentos, e a exercer todos os poderes que me são conferidos pela IEEPA e pela Lei, na medida do necessário para executar esta ordem e a Secção

1263(a) da Lei no que diz respeito às disposições nela previstas. O Secretário do Tesouro pode, de acordo com a lei aplicável, redelegar qualquer uma dessas funções a outros oficiais e agências dos Estados Unidos. Todas as autoridades tomarão todas as medidas adequadas no âmbito das suas competências para executar esta ordem.

Secção 9. O Ministro fica autorizado a tomar tais medidas, incluindo a adoção de regras e regulamentos, e a fazer uso de quaisquer poderes que me sejam conferidos pelo IEEPA, pelo INA e pela Lei que possam ser necessários para executar a Secção 2 do presente despacho e, em consulta com o Ministro das Finanças, a obrigação de apresentação de relatórios prevista na alínea a) do artigo 1264.º da Lei no que diz respeito aos relatórios previstos no artigo 1264.º, alínea b), n.º 2, da referida Lei. O Ministro pode, de acordo com a lei aplicável, redelegar qualquer uma destas funções a outros funcionários e agências dos Estados Unidos de acordo com a lei aplicável.

Secção 10. O Ministro das Finanças, ouvido o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Procurador-Geral, fica autorizado a determinar que as circunstâncias deixaram de justificar o bloqueio dos bens e interesses patrimoniais de qualquer pessoa enumerada no Anexo ao presente decreto e a tomar as medidas necessárias para dar cumprimento a essa disposição.

Secção 11. O Secretário do Tesouro, em consulta com o Secretário de Estado, fica autorizado a apresentar relatórios recorrentes e finais ao Congresso sobre a emergência nacional promulgada nesta ordem, de acordo com a Secção 401(c) da NEA (50 U.S.C. 1641(c)) e a Secção 204(c) da IEEPA (50 U.S.C. 1703(c)).

Secção 12. Esta ordem entra em vigor às 12h01, hora padrão do leste, 21 de dezembro de 2017.

Secção 13. Esta ordem não se destina a, e não cria, qualquer direito ou benefício, substantivo ou processual, executável por lei ou em equidade por qualquer parte contra os Estados Unidos, seus departamentos, agências ou entidades, seus executivos, funcionários ou agentes, ou qualquer outra pessoa.



DONALD J. TRUMP

A Casa Branca,

20 de dezembro de 2017.

NOTA: Esta ordem executiva e o anexo anexo foram divulgados pelo Gabinete do Secretário de Imprensa em 21 de dezembro e publicados no Federal Register em 26 de dezembro.

LEI RICO (CRIME ORGANIZADO)

O Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) é uma lei federal de 1970

luta **contra a CRIMINALIDADE ORGANIZADA.**

A Lei RICO aplica-se àqueles que estão envolvidos em um **PADRÃO DE ATIVIDADES DE EXTORSÃO dentro de** uma empresa.

A lei torna **ILEGAL** gerir um negócio através de um padrão de crimes, como **FRAUDE E SUBORNO**.

[https://www.law.cornell.edu/wex/racketeer_influenced_and_corrupt_organizations_act_\(Rico\)](https://www.law.cornell.edu/wex/racketeer_influenced_and_corrupt_organizations_act_(Rico))

"Lei sobre Organizações Extorsionistas e Corruptas (RICO):

O Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (**RICO**) é uma lei federal (codificada em 18 U.S.C. §§ 1961-68) focada na atividade criminosa organizada e extorsão. O RICO melhora as sanções penais existentes e cria novas bases jurídicas para atos cometidos no âmbito de uma empresa criminosa organizada.

A lei foi originalmente aprovada em 1970 como parte de um movimento maior para conter o crime organizado e permitir que as vítimas do crime organizado se recuperem. Enquanto o estatuto original visava principalmente a máfia, cuja estrutura desconexa dificultava a condenação de membros de alto escalão devido à sua incapacidade de ligá-los diretamente a crimes, o uso do estatuto agora tem sido usado para derrubar muitas empresas criminosas notáveis.

RICO impõe uma pena penal máxima de 20 anos de prisão por violações do estatuto. Se o defensor for condenado, ele também deve perder todos os lucros obtidos durante a realização de atividades de extorsão para o governo. Para ser condenado sob RICO, é necessário um padrão de atividade de extorsão. Isto significa que pelo menos 2 atividades distintas que podem ser classificadas como extorsão devem ter ocorrido dentro de 10 anos uma da outra.

O RICO permite que um indivíduo lesado por uma violação da lei recupere danos triplos sofridos pela atividade ilícita do infrator. Uma condenação penal ao abrigo do RICO contra o arguido impedi-lo-á de defender as acusações se estas forem apresentadas perante o tribunal cível".

O TERROR JURÍDICO DA VERDADE: A SUA AUTORIDADE ESTÁ MANCHADA

Este é o texto solicitado, formulado para transmitir as reivindicações legais com o máximo impacto e linguagem correta, despojado das designações de categoria.

A sua cumplicidade num cartel político criminoso viola o artigo 140º-A do Código Penal é um instrumento importante na luta contra o terrorismo. Permite que as autoridades processem não só os autores diretos de ataques terroristas, mas também aqueles envolvidos no planeamento, financiamento e apoio de tais atividades.

I. A EXPIRAÇÃO DA DOCTRINA CHEVRON (O LOCAL DA MORTE)

A Doutrina Chevron foi anulada pela Suprema Corte dos EUA em 28 de junho de 2024, no caso *Loper Bright Enterprises v. Raimondo*.

Devido a esta abolição, a autoridade das agências governamentais (e, portanto, do "governo" holandês como uma empresa) para interpretar leis ambíguas diminuiu.

Os tribunais devem agora usar **um JULGAMENTO INDEPENDENTE** para determinar o significado dos textos legais, em vez de ceder à interpretação dos órgãos federais. **O SEU PODER DE INTERPRETAÇÃO EXPIROU.**

CONSEQUÊNCIAS MÉDICAS E ÉTICAS (CÓDIGO DE NUREMBERGA)

O Código de Nuremberga é um conjunto de dez princípios éticos para a experimentação médica, elaborados após a Segunda Guerra Mundial.

Qualquer pessoa envolvida em **TRÁFICO HUMANO** ou **GENOCÍDIO** (e, assim, facilitou o CRIME COVID-19 com centros de testes e vacinação) será **JULGADA** de acordo com o Código de Nuremberg.

O Código de Nuremberga afirma que o **CONSENTIMENTO VOLUNTÁRIO** do sujeito é **ABSOLUTAMENTE ESSENCIAL**, sem qualquer forma de **COERÇÃO, ENGANO OU ENGANO**.

O TERROR JURÍDICO ACABOU!

PARA: OS REPRESENTANTES LEGAIS DA CORPORAÇÃO FRAUDULENTA

PARE COM O SEU ENREDO DE FICÇÃO. AS MENTIRAS JÁ NÃO SÃO SUSTENTÁVEIS.

QUE FIQUE CLARO: O chamado **Estado dos Países Baixos** NÃO É UMA ENTIDADE ÚNICA. É uma **ILUSÃO**, uma **FICÇÃO JURÍDICA** - um **TRUST/EMPRESA** que corre em **ENGANO!** Você não é um conselho, você é uma entidade comercial, registrada como um BV comum com listagens na City de Londres!

ESTA CORPORAÇÃO COMETEU UM ERRO: VOCÊ ESTÁ OBCECADO POR UM **FANTASMA REGISTRADO**, UM **COCÔ LEGAL QUE VOCÊ CHAMA DE "PESSOA" (BSN, BRP)**. **NÓS NÃO SOMOS ESSA ENTIDADE!** O ser humano de carne e osso **NÃO** aparece em sua papelada suja.

SUA FRAUDE FOI LIBERADA POR SUA PRÓPRIA ELITE

EXPLICAÇÃO DEFINITIVA: O ENGANO É FINITO

PARA: OS REPRESENTANTES LEGAIS DO GOVERNO FRAUDULENTO

VOCÊ DEFENDE A VERDADE. A SUA FANTASIA JÁ NÃO É A NOSSA REALIDADE.

Todo o seu engano já foi cuspidos em 2007 pela própria rainha Máxima. Quando ela falou: "O holandês? Não, eu não encontrei", isso não era bobagem, mas a **CONFISSÃO** de que o "HOLANDÊS" **NÃO EXISTE** na realidade! É uma **FANTASIA JURÍDICA** que você está abusando para oprimir o Homem.

TEMOS O DIREITO DE RECUSAR TODA A CADEIA CONTRATUAL

NÓS, A POPULAÇÃO, NÃO ACEITAMOS MAIS UMA COERÇÃO CONTRATUAL QUE PREJUDICA E CONTINUA PREJUDICANDO NOSSOS INTERESSES.

Qualquer tentativa de nos forçar a ser uma "Pessoa Jurídica HOLANDESA" é uma compulsão direta para nos submetemos às **CONDIÇÕES CONTRATUAIS DE SONO** do seu Código Civil (BW). Esse código **NÃO É PARA O HOMEM!** É apenas para a **PESSOA FICTÍCIA!**

A SUA ILUSÃO ESTÁ À BEIRA DO COLAPSO

VOCÊ SÓ CONSEGUIU EXISTIR POR CAUSA DE NOSSA IGNORÂNCIA E PARTICIPAÇÃO NESSE ENGANO.

ESTA É A DURA VERDADE: O SISTEMA SÓ EXISTE NA FICÇÃO. **CAI!** Assim que o **HOMEM** RECUSA FIRMEMENTE o reconhecimento e DISSOLVE o CONTRATO – **que celebrou secretamente com a Pessoa Coletiva sem o conhecimento da MAN** – através de uma simples declaração soberana, a sua ilusão é **DESTRUÍDA**.

O governo corrupto continua a tentar desesperadamente bloquear contas – um **ATO FINAL DE DESESPERO** – mas o **REGISTO NÃO É UMA TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS!**

ESTAMOS ACORDADOS. SEU JOGO DEFINITIVAMENTE ACABOU. SENTIREIS AS CONSEQUÊNCIAS DA VERDADE NUM FUTURO PRÓXIMO.

QUALQUER AÇÃO CONTRA O HOMEM É AGORA UM CRIME PESSOAL E INTERNACIONAL.

*Nós, o povo, sabemos agora que os programas eleitorais são um PACTO por partido político a nível nacional e local e quando votamos entregamos completamente a nossa procuração e com ela o nosso direito à autodeterminação. **E isso acabou.** Você pode legalmente ler tudo o que meus direitos da página 1 à página 4 estão corretos. As suas obrigações e direitos também estão aí indicados.*

S.H.E.A.F LAW 1945 - INGLÊS

O General Dwight D. Eisenhower, Comandante-em-Chefe das Forças Aliadas, comunica o seguinte:

I. As forças aliadas sob o meu comando / já entraram em solo alemão. Viemos como um exército vitorioso / mas não como opressores. No território alemão ocupado por forças sob comando supremo, destruiremos o nacional-socialismo e o militarismo alemão, eliminaremos o domínio do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, dissolveremos a N.S.D.A.P., bem como revogaremos as disposições legais e instituições cruéis, duras e injustas estabelecidas pela N.S.D.A.P.

Vamos finalmente livrar-nos do militarismo alemão, que tantas vezes perturbou a paz mundial. As autoridades dirigidas ao governo ou ao povo alemão devem ser seguidas e implementadas. O mesmo se aplica aos funcionários públicos, empregados e empregados de todas as empresas públicas e públicas, bem como a outras pessoas que desempenhem as atividades necessárias.

DWIGHT D. EISENHOWER

Artigo I

General Comandante Supremo das Forças Aliadas, Governo Militar – Alemanha

Comandantes-em-Chefe da Área de Controlo

Regulamento n.º 1

Crimes e outras infrações penais

A fim de garantir a segurança dos Aliados e restabelecer a lei e a ordem nos territórios ocupados, foi decretado o seguinte:

Artigo 1º - Crimes puníveis com pena de morte

Os seguintes crimes são puníveis com pena de morte ou qualquer outra pena, a critério de um tribunal militar do governo:

1. espionagem;
2. Relação com forças inimigas ou com qualquer pessoa em território inimigo não ocupado pelos Aliados, salvo se a ligação for estabelecida através de um canal oficialmente autorizado;
3. Transmissão de mensagens que ponham em perigo a segurança ou a propriedade dos Aliados; ou não exibir tais mensagens, se a posse for proibida; e comunicações não autorizadas em cifra ou cifra;
4. Ataque armado ou resistência contra as forças aliadas;

5. Atos e omissões que violem ou violem as condições impostas à Alemanha pelos Aliados por ocasião da sua derrota ou rendição / ou quaisquer disposições adicionais a estas condições;
6. Atos ou comportamentos de apoio a uma nação em guerra com qualquer das Nações Unidas, ou em benefício do NSDAP ou de qualquer outra organização que tenha sido dissolvida ou Proibido pelas forças aliadas. O mesmo se aplica à publicação e distribuição de impressos em benefício do acima referido, para a posse desse material para efeitos de publicação e distribuição, bem como para contestar a exibição de bandeiras, uniformes ou insígnias de essas organizações;
7. Matar ou atacar um membro das Forças Aliadas;
8. fazer-se passar falsamente por um membro das Forças Aliadas ou usar uniformes não autorizados das Forças Aliadas;
9. Posse ilegal ou direito de disposição de armas de fogo, munições, explosivos ou outros material de guerra, ou a transmissão de comunicações é adequada; Equipamento transmissor de qualquer tipo, que
10. Uso ilegal de fogo ou outras armas perigosas, munições, explosivos ou material de guerra similar;
11. Facilitar a fuga de uma pessoa detida pelas autoridades aliadas, ou ajudar ou dissimular essa pessoa após a sua fuga;
12. Assistência a qualquer membro dos alemães ou das forças armadas aliadas à Alemanha para evitar a sua captura;
13. Avaria do sistema de transporte ou de comunicação ou do funcionamento de obras públicas ou de instituições sem fins lucrativos;
14. Sabotagem de qualquer material de guerra das Forças Aliadas ou de quaisquer instalações ou bens necessários ou úteis para operações militares ou para o governo militar;
15. Destruição, eliminação, efeito perturbador ou ocultação deliberados de ficheiros ou arquivos de qualquer tipo, públicos ou privados;
16. Saques, saques, saques, roubos ou profanação de mortos ou feridos;
17. Influência intencional perturbadora ou engano um membro das Forças Aliadas ou qualquer outra pessoa que atue em seu nome, na medida em que tal esteja relacionado com as suas funções oficiais;
18. incitar ou participar em motins ou distúrbios;
19. Furto ou aquisição fraudulenta de bens pertencentes às Forças Aliadas ou a qualquer membro destas;
20. Qualquer outra violação da lei marcial ou qualquer assistência ao inimigo ou perigo para a segurança das forças aliadas.

Artigo II - Outras infrações

Os seguintes delitos serão puníveis com uma pena diferente da pena de morte, a critério de um Tribunal Militar do Governo:

- 21 . Violação de qualquer proclamação, lei, portaria, aviso ou ordem do Governo Militar ou de qualquer representante das suas Forças Aliadas, que não contenha expressamente uma ameaça de punição, ou de qualquer autoridade alemã, se agir em execução de tais regulamentos;
 22. Permanência não autorizada ao ar livre durante a restrição de saída. Salvo anúncio público em contrário, a restrição de saída durará do anoitecer ao amanhecer;
 23. Sair da zona costeira em qualquer veículo ou por qualquer outro meio, salvo autorização do Governo Militar;
 24. No movimento de navio, embarcação ou aeronave, salvo autorização do governo militar;
 25. Não estar na posse de bilhete de identidade válido sem autorização;
 26. Fabricar, emitir ou possuir conscientemente uma licença falsa, bilhete de identidade ou qualquer outro documento de interesse oficial para os Aliados;
- Transferência do acima mencionado, real ou falso, para uma pessoa não autorizada ou para um fim não autorizado;
27. Falsificação ou falsificação de notas de marca militares aliadas ou outro papel-moeda, moeda metálica ou fichas; a sua posse ou distribuição, se houver razões para crer que são falsas ou falsificadas, ou a posse ou o poder de disposição de objetos adequados para esses fins;
 28. Convidar ou dirigir qualquer membro das Forças Aliadas para um local designado como "OffLimits" ou "out Bounds", ou fornecer bens ou serviços a esses membros no local acima mencionado;
 29. Suborno ou intimidação de qualquer membro das Forças Aliadas ou de qualquer pessoa que atue em seu nome para receber ou receber subornos, e 3 em troca de não servir as forças aliadas;
 30. Impedir ou resistir a qualquer programa ou ordens emitidas pelo governo militar em relação a prisioneiros de guerra aliados ou nacionais das Nações Unidas na Alemanha, ou atacar, roubar ou prender injustificadamente os acima mencionados ou qualquer outra interferência nos direitos desses prisioneiros de guerra ou súditos;
 - 31 . Posse, controle ou disposição não autorizados de bens das Forças Aliadas ou de qualquer membro das mesmas;
 32. Destruição, ocultação, posse ou remoção não autorizadas ou outros efeitos perturbadores sobre qualquer navio, instalação, instalação operacional, equipamento ou outros ativos econômicos, planos ou arquivos relacionados a eles que sejam necessários ao governo militar;
 33. Conscientemente, oralmente ou por escrito, deturpar qualquer membro das Forças Aliadas ou qualquer pessoa que atue em seu nome em assuntos de importância oficial, ou qualquer outra fraude ou recusa em fornecer informações solicitadas pelo governo militar;
 34. Presunção incorreta de autoridade concedida pelos Aliados;
- posse não autorizada ou poder de disposição sobre qualquer item, uniforme aliado, real ou falso;

35. Insulto ou alienação não autorizada de escrito ou escrito

Artigo III

Tentativas e nomeações

A forma como o autor da infração é punido, a pessoa que tenta cometer uma infração penal / ou tenta cometer ou consente em tal ato com outra pessoa / ou que ajuda o autor da infração por palavras ou atos, ou que é responsável pela prática de uma infração penal, ou que não comunica uma presumível infração penal de que tenha tido conhecimento, ou o presumível autor ajuda a evitar a detenção.

Artigo IV – Total das multas O prefeito ou outro representante principal de um município pode ser acusado e condenado como representante dos habitantes do município por qualquer infração pela qual os habitantes ou um número significativo deles sejam considerados coletivamente responsáveis. Pode ser aplicada uma multa total ao município se as pessoas mencionadas tiverem sido condenadas na sua qualidade de representante e a responsabilidade final tiver sido estabelecida.

Artigo V - Responsabilidade pelos Atos Societários São igualmente responsáveis os administradores, representantes ou empregados de pessoa jurídica ou sociedade sem personalidade jurídica, associação ou associação, bem como os sócios ou empregados de sociedade comercial ou sociedade limitada, que, nessa qualidade, individualmente ou em conjunto com outros, causem ou dirijam, incentivem ou votem por ato ou omissão a tal ato ou omissão se a sociedade, associação, associação, sociedade comercial ou sociedade em comandita simples puder ser processada por tais atos ou omissões, como se a ação ou omissão tivesse sido por eles cometida pessoalmente.

A partir das informações acima, podemos tirar a seguinte conclusão.

A Holanda foi dissolvida em 13 de maio de 1940, foi transferida para a administração nazista alemã em 18 de maio de 1940, onde a constituição e o reino dos Países Baixos foram abolidos até os dias atuais, porque esta forma de governo de 18 de maio de 1940 ainda está em vigor como uma força de ocupação sob a Alemanha, que agora se enquadra sob a Lei Militar dos EUA.

Um país que foi dissolvido e já não existe legalmente não pode ser membro fundador de outras empresas ou instituições que foram contratualmente estabelecidas, estes acordos foram estabelecidos por fraude, como a CEE, UE, ONU, NATO, OMS, BCE.

A introdução do euro insere-se no **n.º 27 do artigo II, o dinheiro** falsificado, de que a política ocidental com a corrupta UE tem sido culpada para colocar dinheiro sem garantia em circulação, utilizando deliberadamente a inflação como arma contra a população através da desvalorização da moeda.

Esta situação só pode ser corrigida através da aplicação das leis GESARA sob supervisão militar.

Todas as leis e regulamentos introduzidos a partir de 13 de maio de 1940 não são legalmente válidos e nulos e sem efeito, todos os **veredictos de jurisprudência e eleições de 1945 até o presente são inválidos**, pois o primeiro governo do pós-guerra foi nomeado por Guilhermina, que não era mais rainha, portanto, não autorizado a tomar esta ação.

Portanto, as eleições propostas de 29 de outubro de 2025 são ilegais e internacionalmente puníveis sob a lei RICO e EO13818, como mencionado anteriormente.

Todos os autarcas que acolhem migrantes nos municípios são pagos por isso, pelo que podem ser considerados traficantes de seres humanos.

Prejudicar os interesses da população e permitir a AZC contra a vontade do povo é traição contra as pessoas que estão a ser extorquidas para financiar esta situação num sistema falido.

Os autarcas são culpados de formação de cartéis JUNTOS e/ou em nome da Máfia Política de Haia e dos departamentos associados da Ordem dos Advogados.

Polícias que estão sob o comando de um Presidente da Câmara impõem à força o fascismo por agentes com um QI muito baixo e sem consciência, governando indiretamente com o bastão contra a população a mando da Política que não representa os nossos interesses.

Os autarcas vão ser verificados se tomaram eles próprios uma vacina contra a Covid, se o teste for negativo enganaram deliberadamente a população e praticaram genocídio em nome do gabinete do crime em Haia.

O que significa que esses prefeitos tinham conhecimento de Perpetrador para executar a população, submetidos à força a uma propaganda Psyop Angst cooperada, esta é a mais alta forma de traição em nome da política partidária e formação de cartéis resultando em GENOCÍDIO organizado.

Os migrantes não podem ter um voto para escolher, este é um voto comprado à custa do holandês cujo país é um direito de herança, isto é interferência estrangeira nos assuntos internos, isso se enquadra [no Código de Direito Penal Militar](#), especificamente no artigo 77 que descreve a traição militar. Este artigo afirma que um soldado que deliberadamente presta ajuda ao inimigo ou prejudica o Estado em tempos de guerra é punido com prisão perpétua ou outra punição severa.

Tem de haver uma abertura total para verificar se a recusa em votar numa organização criminosa não pode ser abusada em meu nome, a fim de evitar fraude eleitoral.

Eu, como cidadão com direito nacional de herança e direito de nascença dos Países Baixos ocupados, tenho o dever de rejeitar a guerra que não é do interesse da população, mas é um **modelo de governação e receita** para forçar o caos e a destruição da população em nome do globalismo e do ganho comercial para as multinacionais, e legalizar o assassinio em massa.

A política aterrorizou a população e continua a fazê-lo, culpada do artigo 132.º-A da lei penal neerlandesa, que proíbe a [glorificação](#) de crimes terroristas, ou da Lei Neerlandesa de [Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo](#) (Wwft), que controla os riscos financeiros. Poderia também ser uma definição da UE que definisse infrações terroristas como atos que causam grande receio ou forcem os governos a agir ilegalmente.

A política é culpada: a fraude contabilística é a manipulação deliberada de dados financeiros para enganar as partes interessadas, com consequências potencialmente graves, tais como multas elevadas, processos judiciais e danos à reputação. A prevenção de fraudes requer controlos internos rigorosos, a utilização de tecnologia para transparência (como pistas de auditoria) e vigilância na auditoria de contas. Os auditores são obrigados a comunicar os riscos de fraude nos seus relatórios de auditoria e podem ser comunicadas a organismos como o Fraud Help Desk.

Gostaríamos de controlar os fluxos de dinheiro do governo, expor fraudes, que fluxos de dinheiro houve com o pagamento de prémios por cada vacina que foi dada com o Genocídio da Covid.

Escusado **será dizer** que exigimos ao Exército que o golpe **cometido pelo governo de 18 de maio de 1940 seja restaurado com efeitos retroativos e, desde esse dia até ao presente, declare nulas todas**

as ações retroativamente para restaurar um legítimo Estado de direito soberano aos Países Baixos para julgar todos os responsáveis através de um tribunal.

Esta carta foi traduzida e enviada por correio registado à S.H.A.E.F. e ao Embaixador dos EUA nos Países Baixos ocupados, Sr. **Joe Popolo**, o novo **embaixador** dos **Estados Unidos** nos **Países Baixos**.

Eu, como Humano, rejeito qualquer reivindicação das estradas governamentais com base no engano do passado e do presente pelo regime das ONG de Haia, que já não me é permitido representar-me precisamente pelo facto de não me ser permitido apoiar uma organização criminosa que comete genocídio e que atua como traficantes de seres humanos contra a população (**doravante**: ver página 1 a página 4).

Os EUA, como ocupação e potência militar da Europa, têm a responsabilidade decisiva de jogar aqui, de manter o cumprimento das leis do SHAEF.

Isso supera o tratado da OTAN e todos os governos ocidentais em suas tomadas de decisão a partir de 13 de maio de 1940, pela traição de Guilhermina e a abolição da Constituição e do reino com todas as consequências acima.

Carta à Máxima da Fundação Sem Cancro 2012

Maio 30, 2019 **A Carta ao Maxima para ganhar consciência histórica.**

The MH17 Lie, <https://mh370-jit-lie.blogspot.com/> em que **Dick Schoof** está envolvido como chefe da AIVD. **Rutte o filme** [com o qual https://www.bitchute.com/video/NrBrRr3OYxaA/](https://www.bitchute.com/video/NrBrRr3OYxaA/)
Assinar data de reconhecimento da fonte 27 maio 2012

Para: H.R.H. Princess Máxima de: No Cancer Stichting vzw

Palácio Noordeinde Paul Bellefroidlaan 16

Caixa Postal 30412 3500 Hasselt (Belga)

2500 GK Haia Website: www.nocancerfondation.org

Prezada Realeza, Vossa Alteza.

Temos a honra de pedir-lhe para salvar o mundo do envenenamento total com veneno cancerígeno altamente tóxico.

Como falso ácido arsénico e trióxido de crómio (crómio VI) resíduos perigosos problemáticos de Billiton/Shell e outros pesticidas como Monsanto Roundup, veneno Chemtrails, veneno de flúor, veneno de aspartame, veneno de férias, veneno de radiação. Etc.

Este é o resultado da continuação do gabinete Hitler da Holanda, que não existe constitucionalmente desde 18 de maio de 1940.

Tudo isto foi levado a cabo a partir das conferências de Bilderberg, presididas primeiro pelo Príncipe Bernhard, depois pela Rainha Beatriz e agora por Etienne Davignon, nas quais o regime nazi do gabinete de Hitler foi continuado a partir do território dos antigos Países Baixos, que foi tomado pela União Europeia, sendo o passo seguinte a destruição total da nossa democracia ao abrigo do Mecanismo Europeu da Cláusula de Estabilidade (MEE), , que deverá entrar em vigor em 1 de julho de 2012.



24 de setembro de 2007: A Princesa Máxima dirige-se ao Conselho Científico para a Política Governamental (WRR) numa palestra na apresentação do relatório "Identificação com os Países Baixos":

A identidade neerlandesa não existe.

E também: não existe o Nederlander. É possível nos tornarmos o 51º estado dos Estados Unidos?

O fato de que pronunciando essas palavras muito criticadas, Princesa Máxima, muito do esforço é claramente visto na foto à direita (fonte: 23 de fevereiro de 2009 © editor Tinsentiep Houten).

O facto de a Princesa Máxima o ter dado a conhecer em público com grande dificuldade é a salvação da vida na terra.

Estamos muito gratos por isso. Que você está certo e que você (junto com os outros) vai salvar a vida na Terra pode ser lido abaixo:

1 Os Países Baixos (um Estado-Membro dos Países Baixos) deixaram de existir em 18 de maio de 1940.

Em 10 de maio de 1940, o exército alemão invadiu a Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

Na manhã de 13 de maio de 1940, a família principesca chegou a Harwich. Às 10 horas daquela manhã, a rainha Guilhermina partiu para Gancho da Holanda, onde um contratorpedeiro inglês [HMS Hereward] a esperava.

Uma hora antes [por volta das 9 horas da manhã] o gabinete De Geer tinha sido informado de que a rainha estava a partir. Não ficou claro para onde tínhamos de ir, à noite, às 19.20 horas, o Conselho de Ministros também partiu com um contratorpedeiro inglês de Hoek van Holland para Inglaterra, mas sem os ministros Steenberghe e Van Rijn, sem qualquer ordem ao comandante-em-chefe General Winkelman.

Sem notificação aos presidentes de secção e sem transferência de competências para os secretários-gerais. O Ministro Steenberghe mais tarde informou os Secretários-Gerais e o General Winkelman em uma reunião sobre a partida da Rainha e do Governo e transferiu a autoridade para Winkelman (fonte: blog da Segunda Guerra Mundial de Gerard). <https://gerard1945.wordpress.com/>

Este "deslocamento" abriu caminho para a administração civil alemã sob Seyss-Inquart. Com todas as consequências que isso implica. Na Polónia, isso também aconteceu porque, tal como nos Países Baixos, todo o governo polaco fugiu.

Porque a rainha Guilhermina ignorou todos os conselhos dos seus ministros, os advogados de Hitler foram ignorados nos Países Baixos.

Em violação do artigo 21.º da Constituição, então em vigor, o Governo neerlandês aboliu-se. Seyss-Inquart poderia assim passar o lugar de Guilhermina como Reichstag.

Artigo 21.º do Tratado Constitucional de 1940: "em caso algum a sede do governo será transferida para fora do império".

A partir de 18 de maio de 1940, o governo holandês dissolveu-se sob o artigo 21 da Convenção das Nações Unidas. Constituição de 1940 e tornou-se uma província da Alemanha sob a administração do gabinete de Hitler. A rainha Guilhermina já estava ciente disso antes de fugir com seu governo para a Inglaterra.

Esta intenção foi confirmada pelo facto de, no mesmo dia, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânico ter recebido a visita do embaixador francês, que lhe disse que o Governo francês estava muito preocupado com a carta que a rainha Guilhermina enviara ao Presidente francês, que se encontrava em anexo.

De acordo com a carta, a carta de Guilhermina indicava que o governo holandês pretendia negociar com os alemães. Tanto mais que seis dias antes, a 8 de maio de 1940, a imprensa holandesa tinha ouvido da princesa Juliana algo que a Casa de Orange nunca deixaria o seu posto (fonte: blogue Gerard's WWII). <https://gerard1945.wordpress.com/>

Printed for the War Cabinet. May 1940.

SECRET.

Copy No. ⁴³

W.M. (40)

121st Conclusions.

TO BE KEPT UNDER LOCK AND KEY.

It is requested that special care may be taken to ensure the secrecy of this document.

WAR CABINET 121 (40).

CONCLUSIONS of a Meeting of the War Cabinet held at 10 Downing Street, S.W. 1, on Tuesday, May 14, 1940, at 11.30 A.M.

The
Netherlands.

3. *The Secretary of State for Foreign Affairs* said that he had been approached that morning by the French Ambassador, who had told him that the French Government were very disturbed by a message sent by Queen Wilhelmina to the French President, which they interpreted as indicating that the Netherland Government might be contemplating negotiations with the Germans.

Como resultado da "transferência ilegal de assentos" para a Inglaterra, os Países Baixos não só tiveram uma ocupação militar, mas também uma administração civil alemã sob Seyss-Inquart que se tornou ainda mais fatal para a parte judaica da população.

Na Bélgica e na Dinamarca - onde os monarcas permaneceram em seus postos - a grande maioria dos judeus sobreviveu à guerra.

Na Bélgica, 90% dos judeus belgas e 60% dos judeus estrangeiros (principalmente da Alemanha e da Europa Central). Em parte graças ao rei dinamarquês, até 99% dos judeus sobreviveram à guerra.

Isso contrasta com o fato de que apenas 20% dos judeus sobreviveram à guerra.

A Bélgica e a Dinamarca não tinham um «Westerbork» (Fontes: Gutman, Encyclopedie van de Holocaust e Nada van der Zee, De Groene Amsterdammer, 14 de maio de 1997). (fonte: blog Gerard's WWII) <https://gerard1945.wordpress.com/>

Em 18 de maio de 1940, Adolf Hitler emitiu o Decreto nº 1 sobre os poderes do governo na Holanda.

Em 25 de maio de 1940, o Comissário Seyss-Inquart fez um apelo ao povo holandês por um território holandês ocupado, afirmando que ele havia assumido a mais alta autoridade governamental no distrito civil dos Países Baixos a partir daquele dia.

Por decreto de 29 de maio de 1940, o Comissário do Reich Seyss-Inquart assumiu todos os poderes nos Países Baixos que a Constituição e as leis concederam ao Rei e ao Governo.

Em 5 de junho de 1940, de acordo com o decreto de Hitler e sua portaria, o Comissário do Reich Seyss-Inquart anunciou as seguintes nomeações:

- 1, para administração e justiça, Dr. Friedrich Wimmer;
- 2, para a segurança pública, SS-Brigadeführer Hanns Rauter (AA Superior e Chefe de Polícia);
- 3, para as finanças e assuntos económicos, Dr. Hans Fischboeck;
- 4, para Assuntos Especiais, Reichsamtleiter Fritz Schmidt;
- 5, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Enviado Otto Bene;
- 6, autorizado para o Nederlandse Bank den Ministerialdirector voor bijzondere aanzaken, Staatsrat H.C.H Wohilhat;
- 7, como chefe do departamento principal do Gabinete do Comissário de Estado para o território neerlandês ocupado, Ministerialrat Dr. Hans Piesbergen.

Antecedentes: Em maio de 1940, os Países Baixos ocupados foram submetidos a uma administração civil alemã sob a liderança do Reichskommissar para os Países Baixos ocupados, Arthur Seyss-Inquart. Como HSSPF Rauter era subordinado a Himmler, mas ao mesmo tempo comissário-geral para a segurança, ele era o subordinado de Seyss-Inquart.

O poder central do governo holandês foi assim formado por;

- 1, Comissário de Estado Seyss-Inquart;
- 2, os quatro comissários-gerais; Dr. Friederich Wimmer (Administração e Justiça), Hanns Rauter (Segurança Pública da SS-Brigadeführer), Dr. Hans Fischboeck (Finanças e Assuntos Económicos), Fritz Schmidt (Assuntos Especiais e Reichamtsleiter).
- 3, O representante do Comissário de Estado para as províncias; os Comissários da Rainha durante a Segunda Guerra Mundial, acompanhados ou não por um representante especial, Schmidt foi chefe de área da província neerlandesa do Limburgo.
- 4, o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros Otto Bene;
- 5, procuração alemã do banco neerlandês Dr. Hans Piesbergen.

A partir desse momento, o Estado nomeou e demitiu o comissário;

- 1, membros do Supremo Tribunal (Supremo Tribunal)
- 2, O Procurador-Geral e os advogados-gerais do Supremo Tribunal.
- 3, Os Presidentes dos Tribunais de Justiça;
- 4, O Procurador-Geral dos Tribunais.

Os outros oficiais de justiça são nomeados e demitidos pelo Secretário-Geral da Justiça. A não ser que o comissário do Estado guarde para si a nomeação ou a demissão. (fonte: Direito Constitucional desde 10 de maio de 1940, Bibiotheek Municipality of Amsterdam 24 de agosto de 1946).

Isto confere ao Secretário-Geral da Justiça um poder ditatorial sobre todos os oficiais de justiça.

A partir desse momento, o Estado nomeou e demitiu o comissário;

- 1, membros do Supremo Tribunal (Supremo Tribunal)
- 2, O Procurador-Geral e os advogados-gerais do Supremo Tribunal.
- 3, Os Presidentes dos Tribunais de Justiça;
- 4, O Procurador-Geral dos Tribunais.

Os outros oficiais de justiça são nomeados e demitidos pelo Secretário-Geral da Justiça. A não ser que o comissário do Estado guarde para si a nomeação ou a demissão. (fonte: Lei do Estado desde 10 de maio de 1940, Biblioteca do Município de Amesterdão 24 de agosto de 1946).

Isto confere ao Secretário-Geral da Justiça um poder ditatorial sobre todos os oficiais de justiça.

Lei provincial: entrou em vigor em 1 de setembro de 1941.

Dos princípios da nova lei provincial no momento;

- 1, que o comissário distrital tem os poderes legislativo e executivo;
- 2, que o comissário distrital deve seguir as instruções da autoridade central;

A província é, portanto, apenas uma parte administrativa do Estado (fonte: Lei do Estado Desde 10 de maio de 1940, biblioteca do Município de Amsterdã 24 de agosto de 1946).

Lei dos Municípios: entrou em vigor em 1 de setembro de 1941.

Dos princípios da nova lei municipal no momento;

Que todo o poder administrativo do município passou para as mãos de uma pessoa, que é o prefeito; que o conselho e o conselho do prefeito e vereadores foram eliminados; e que o prefeito é apenas o poder regulatório e executivo do município. Daqui resulta que o presidente da câmara é o único responsável pela sua política administrativa.

Esse município é apenas uma parte administrativa do Estado. O município já não pode invocar a sua independência em relação às autoridades superiores (a província, a província já não depende da sua independência, mas está vinculada às instruções dos órgãos superiores). Ou seja, a chamada autonomia do município acabou.

Assim, o município é apenas uma parte administrativa do estado, ou seja, sob a supervisão do comissário municipal e do estado. (fonte: Lei do Estado desde 10 de maio de 1940, biblioteca do Município de Amesterdão de 24 de agosto de 1946).

Entre 1941 e 1943, o príncipe Bernhard Lippe visitou os Estados Unidos da América várias vezes. De acordo com várias fontes, incluindo o Serviço Secreto de Informações Britânico (SIS), durante a sua segunda visita (de 20 a 25 de abril de 1942) escreveu uma carta a Hitler em que se oferecia para assumir o papel de stadtholder sobre os Países Baixos.

A carta foi mais tarde enviada de Londres, via Portugal, para Berlim. A existência desta carta é negada pelo RVD, mas o agente secreto do BVD Jan Heitink tinha de facto uma cópia da carta nas suas mãos; Assinado pelo príncipe Bernhard von Lippe e Juliana. Bernhard queria se tornar um stadtholder nazista holandês para Hitler, o que acabou acontecendo de uma forma como podemos ler abaixo.

Após a guerra, a existência desta carta para o SIS teria sido confirmada pelo General Eberhard Schöngarth (comandante da Sicherheitspolizei e da Sicherheitsdienst e do SD) pouco antes da sua execução? A carta em questão foi encontrada em Berlim.

A propósito, é notável que o príncipe Bernhard von Lippe tenha enviado sua carta exatamente na América e não em Londres (Preston Bush?), quanto mais a carta foi enviada dos EUA. (fonte: blog da Segunda Guerra Mundial de Gerard) <https://gerard1945.wordpress.com/>

Depois da Segunda Guerra Mundial

Em 5 de maio de 1945, a Holanda comemora que, em 5 de maio, a Alemanha capitulou na Holanda Ocidental. Nessa data, no Hotel De Wereld em Wageningen, a capitulação foi assinada entre o general alemão Johannes Blaskowiz e o general canadiano Charles Foulkes, na presença do príncipe Bernhard von Lippe. O acordo foi assinado em 6 de maio de 1945 na Aula do antigo Colégio Agrícola ao lado do Hotel de Wereld.

O príncipe Bernhard von Lippe não estava presente. Esta escritura em si está presente no Arquivo Municipal de Wageningen, é datada de Wageningen 5 de maio de 1945.

Na realidade, tratava-se apenas de um acordo sobre o desenvolvimento técnico para as tropas alemãs nos Países Baixos da capitulação, em 4 de maio de 1940, das tropas alemãs no noroeste da Europa. (fonte: Wikipedia).

Isto prova que, através das ações do príncipe Bernhard von Lippe, ninguém foi capaz de cancelar a capitulação da Alemanha (o gabinete de Hitler) em nome do Estado ou Governo da função pública neerlandesa e ninguém assistiu à assinatura pelo alemão não autorizado com o general Johannes Blaskowitz e o general canadiano Charles Foulkes.

Em termos constitucionais, isto significa que os Países Baixos são membros de pleno direito da Alemanha desde 5 de maio de 1945. Como não foram feitas assinaturas, isso significa que os Países Baixos constitucionalmente não existem mais a partir de 18 de maio de 1940 e depois disso a ocupação do gabinete de Hitler no antigo território dos Países Baixos continuou após 5 de maio de 1945.

É por isso que, nos Países Baixos, desde então, o Primeiro-Ministro, os ministros, os secretários de Estado e os comissários do Rei ou da Rainha, os presidentes de câmara, não foram eleitos, mas foram empossados ou nomeado pelo Chefe de Estado.

É por isso que não existe um Tribunal Constitucional nos Países Baixos, devido à falta de legislação legítima e à falta de democracia nos Países Baixos.

Em 1996, o livro *Opératie JB "The Last Great Secret of WWII"* foi publicado por Christopher Creighton, um ex-agente dos serviços secretos britânicos. Este livro é sobre o sequestro do secretário de Hitler, Martin Bormann, por um comando secreto britânico, chamado Seção M, em 1945. Este destacamento da operação por Ian Fleming e pelo comando operacional foi confiado a Christopher Creighton, que tinha apenas 20 anos na altura.

O livro também menciona o submarino holandês K X VII que supostamente foi explodido por Creighton em 7 de dezembro de 1941. Em uma conversa com Ian Fleming, no capítulo 9 *Memórias do Submarino* são lembradas em um apêndice, a carta volta ao incidente.

A decisão de destruir o submarino holandês foi tomada quando ele ultrapassou a frota japonesa a caminho de Pearl Harbor em 28 de novembro de 1941.

O comandante holandês, LTZ I HC Besançon, enviou imediatamente uma mensagem encriptada à Liderança da Marinha Britânica. Esta mensagem foi interceptada pelos criptógrafos da Seção M, que a transmitiram ao General Donovan em Washington DC e ao Major Desmond Morton dos serviços secretos americano e britânico. Ambos informaram os seus líderes, o Presidente Roosevelt e Winston Churchill.

Estas quatro pessoas tinham conhecimento do iminente ataque japonês, que teve de ser travado em segredo absoluto. Na época, 80% da população americana era isolacionista e se opunha fortemente à guerra com o Japão ou a Alemanha.

Roosevelt queria uma guerra com o Japão, mas não podia declarar guerra sem uma razão válida. O ataque surpresa aos encouraçados em Pearl Harbor lhe daria essa razão.

A razão pela qual os Estados Unidos se envolveriam na guerra, caso contrário, os japoneses teriam carta branca para ocupar países como Índia, Austrália e Nova Zelândia e muitos outros países dos oceanos Pacífico e Índico.

Estas fontes muito importantes de matérias-primas para os Estados Unidos só poderiam provavelmente ser libertadas numa fase posterior, com grande dificuldade. Além disso, os britânicos precisavam do apoio dos americanos na sua luta contra a Alemanha.

Como havia milhares de imigrantes japoneses no Havaí, alguns deles trabalhando como espões para seu país de origem, o porto de guerra de Oahu não pôde ser colocado de prontidão.

O ataque teve de ser mantido em segredo. Se assim não fosse, o imperador Hirohito, que insistiu que seria uma surpresa completa, teria atacado os ataques. Se se soubesse que Roosevelt e Churchill tinham conhecimento do ataque a Pearl Harbor e nada tinham feito para o impedir, teriam ficado politicamente incapacitados. Além disso, os serviços de informações militares aliados estavam convencidos de que a aliança aliada iria então desmoronar-se, dando ao Japão, mas também à Alemanha, rédea solta. Decidiu-se, portanto, silenciar o tripulante XVII da Sra. K.

Assim que a mensagem do submarino holandês foi recebida, ela foi ordenada a retornar à base em Cingapura. O K XVI não foi autorizado a fazer escala num porto e a tripulação teve de o fazer abster-se de prestar mais informações sobre a frota japonesa.

Sob o nome LTZ Paul Hammond Creighton viajou com o Berwick Flying Boat via Nova Escócia, Canadá, São Francisco e a ilha de Wake para as Ilhas Marianas do Norte, onde embarcou no K XVII por marcação.

Creighton estava na posse de procurações do comandante do Serviço Britânico de Submarinos, Almirante Sir M. Horton, do comandante da Marinha Holandesa em Londres, do Almirante Furstner e da Rainha Guilhermina.

Estas procurações deram-lhe autoridade para dar ordens operacionais ao comandante Besançon, uma vez que o submarino holandês estava sob comando operacional britânico.

Em uma das pequenas Ilhas Marianas, ao sul de Pagão e a cerca de 800 milhas náuticas da costa do Japão, caixas do barco voador Berwick foram carregadas no submarino.

A tripulação holandesa foi informada de que havia presentes de Natal nas caixas de seus colegas na Inglaterra.

A maioria das caixas realmente contém gin, cerveja, champanhe e outros itens de Natal.

Mas numa caixa havia gás cianeto e em outras duas havia explosivos com um detonador e temporizadores. Creighton esperou por uma mensagem de rádio codificada. Se a frota japonesa abortasse o ataque a Pearl Harbor, sua operação seria suspensa.

No domingo seguinte, domingo, 7 de dezembro de 1941, o agente secreto britânico recebeu permissão para realizar a operação. Naquela noite, ele deixou o K XVII e voltou para Berwick. Meia hora depois, o gás cianeto mortal foi liberado e era possível ver como a tripulação tentou escapar do submarino. Momentos depois, o navio explodiu e afundou. Creighton determinou que não havia sobreviventes (fonte: Go2War2).

Após a Segunda Guerra Mundial, o príncipe Bernhard von Lippe ajudou proeminentes nazistas a fugir pela Suíça com a KLM para a Argentina, com a qual a família real holandesa mantém relações familiares estreitas até hoje.

Bernhard ajudou nazistas proeminentes a fugir junto com o então Ministro das Relações Exteriores, Sr. C.G.W.H. Baron van Boezelaar van Oosterhout (partidário) no Gabinete Beel (KVP). Pelo menos dez líderes nazistas fugiram para a América do Sul após a Segunda Guerra Mundial com passaportes da Cruz Vermelha Internacional em Genebra.

Entre eles estão Adolf Eichman, Josef Mengele, Franz Stangl, Klaus Barbie e Erich Priebke.

Até 1948, a Cruz Vermelha Internacional entregou nada menos que 63.750 documentos de viagem aos nazistas, que foram reconhecidos pela Argentina como documentos oficiais.

Adolf Eichman obteve seu passaporte em 1º de junho de 1950 sob o falso nome de Riccardo Klement, nascido em Bolzano. Em 17 de junho de 1950, ele já estava no barco pela Argentina. Aqui você também encontrará os documentos da CIA sobre a estadia de Hitler em Tunja. (Colômbia) fonte: Gerard's WWII blog.

De 24 de junho de 1945 a 3 de julho de 1946: uma vez que os Países Baixos deixaram de existir constitucionalmente a partir de 18 de maio de 1940, não puderam ser convocadas eleições democráticas nos Países Baixos após a guerra.

É por isso que a rainha Guilhermina, como sucessora de Adolf Hitler, nomeou o primeiro gabinete do pós-guerra Schermerhom-Drees ((consistia em ministros do SDAP (fundido em 1946 com o VDB

e CDU no PVDA), o membro do CHU Liefink (mais tarde PVDA) e RKSP (melhor KVP), bem como cinco ministros apartidários, dois dos quais mais tarde se tornaram membros do PVDA)).

Sob a sua liderança, o gabinete de Hitler continuou assim como um chefe de Estado ilegal. Este sucessor do Gabinete de Hitler era um Gabinete "Real" Falso e também será chamado de "gabinete de emergência".

A fim de poder continuar este gabinete de Hitler continuado no antigo território holandês sob a liderança do ex-chefe de Estado holandês Rainha Guilhermina, tornou-se necessário que o próximo gabinete fosse formado pelo PVDA como sucessor do NSDAP alemão e KVP porque o Cardeal Pacelli (mais tarde Papa Pius XII e Franz von Papen, Vice-Chanceler da Alemanha, sob o Chanceler do Reich Adolf Hitler (desde 30 de janeiro de 1933), foi nomeado para o Reich Condaat (Marechaussee Nacional) em 8 de julho de 1933, com o artigo 14 sobre a seguinte passagem:

A nomeação de arcebispos, bispos, etc., não será tornada pública enquanto o governador do Estado não tiver devidamente verificado que não existem objeções de natureza política geral.

Franz von Pape foi condecorado com a alta condecoração papal da Grã-Cruz da Ordem de Pio depois deste Cardeal Pacelli. Isso tornou possível para Hitler estabelecer um regime de partido único com o apoio do Vaticano, porque o Vaticano retirou o apoio do "Deutsche Zentrumspartei" (fonte: Wikipedia).

A partir de então, o gabinete de Hitler "O Estabelecimento do Grande Império Alemão" ou "União Europeia", que continuou a partir do antigo território holandês a partir de 5 de maio de 1945 sob a liderança dos chefes de Estado holandeses Rei Guilhermina, Juliana e Beatriz, tinha pleno poder sobre a Igreja Católica Romana, a maior igreja cristã do mundo. Tanto mais que o antigo Cardeal Pecelli de 1939-1958 Paulo Pio XII era Papa João Paulo 1 queria mudar esta situação em 1978 e, portanto, foi envenenado com arsénio 33 dias depois de tomar posse (fonte: Restauração da República 13 de maio de 2012).

Deverá, portanto, ser sucedido pelo Papa João Paulo II em 16 de agosto de 1978? Karol Josef Wojtyla (Papa João Paulo II e Bernardo de Lippe-Biesterfeld (Príncipe de Orange)) trabalhou para a IG-Farben (fontes: Board Question #57569 e Telegraph, 8 de março de 2010). Na época da ascensão de Hitler, a Holing IG-Farben-Internessengemeinschaft Farben era a organização econômica mais poderosa da Alemanha. O grupo logo se aproximou do ascendente Adolf Hitler e trabalharia em estreita colaboração com o regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Por exemplo, em 22 de fevereiro de 1941, a IG-Farben decidiu construir a fábrica Buna Werken em Auschwitz, onde os trabalhadores forçados poderiam ser usados. A IG-Farben era um grande cartel constituído por várias empresas alemãs, entre as quais a BASF, a Bayer, a Hoechst, a Agfa, a Casella, a Huels e a Kalle. Esse conglomerado foi uma ideia dos principais financiadores da ascensão de Hitler e que levaria a uma cooperação intensiva no período que antecedeu e durante a Segunda Guerra Mundial.

Por exemplo, a IG-Farben forneceu explosivos e gasolina sintética para o exército alemão. De acordo com vários especialistas, a guerra de Hitler não teria sido possível sem a IG-Farben (fonte Managing21 of 22-02-05) O Papa João Paulo II foi o primeiro Papa a participar na conferência de Bilderberg, de 3 a 6 de junho de 1999, em Sinta, Portugal, onde também estiveram presentes a Rainha Beatrix, Boris Yeltsin, Bill Clinton, Steven Spielberg, Ted Turner e o Primeiro-Ministro Wim Kok (PvdA). É bom saber que pouco tempo depois o Clube de Madrid foi fundado em outubro de 2011. Trata-se de um clube composto por 70 antigos chefes de Estado sob a presidência de Wim

Kok (PvdA). Tendo em conta o conteúdo da carta, resulta dessa carta que este clube não foi criado para fornecer o

democracia global tal como está escrita.

Em 13 de agosto de 1814, a ilha de Banka (Indonésia) foi trocada pelos ingleses com os holandeses para o "estabelecimento de Chochin (Índia)". Um ano depois (18 de junho de 1815), Napoleão Bonaparte foi definitivamente derrotado por uma combinação de exércitos britânicos/holandeses, hanoverianos e prussianos na Batalha de Waterloo (então Reino Unido dos Países Baixos, hoje Bélgica). Isto aconteceu sob a liderança do Duque de Wellington, Blücher e do Príncipe William de Orange-Nassau (William Frederick, George Louis).

Antes e durante esta batalha, os Rothschilds (judeus Ashke-nazis) financiaram não só a Inglaterra e a Alemanha, mas também a França e, portanto, Napoleão através de ourives no estrangeiro. A situação certa de investimento foi criada à custa de guerras, morte e destruição. Isso deu aos Rothschild o controle de metade da riqueza mundial de uma só vez, bem como o Banco da Inglaterra e todo o mercado de ações, o que não mudou até agora. O conflito de interesses entre as casas reais e os Ashke-nazis (Rothschild's) já era um facto e estava para sempre unido.

Estas linhagens, incluindo as famílias reais britânica e holandesa, foram autoproclamadas nos últimos 200 anos, até que todas as guerras e revoluções/rebeliões tenham sido grandemente enriquecidas. Isso os tornou mais influentes e poderosos através de saltos e limites após cada guerra.

Estes laços e relações fizeram com que os ingleses quisessem manter a ilha de Biliton, que pertence a Banka (Indonésia), mas apesar das boas relações. em 17 de março de 1824, os ingleses entregaram-na aos holandeses. Foi o príncipe Willem Frederik Hendrik quem, como primeiro chefe de Estado do Estado dos Países Baixos, garantiu o crédito. Isso significava que a família real era 100% acionista. Esta desenvolveu-se ainda mais e, em 1924, foi transferida para a então criada Joint Mining Company Biliton (GMB), na qual o Estado holandês participou durante 5/8.

A Casa Real continuou a ser um acionista importante, o que criou um conflito de interesses entre o Estado dos Países Baixos e a Casa Real. Em 1970, a Biliton (da qual fazia parte a fábrica de zinco Budelco em Budel) foi adquirida pela Shell.

A gigante química IG-Farben tomou a rota da Holanda para os EUA e usou os serviços da BBH, UBC e Dillon Read. Tal como Thyssen, fundou o seu próprio banco nos Países Baixos: o Hollandsche Koopmansbank, em Amsterdão (1923). Seja como for, o Enskildabank sueco também tinha uma grande participação na nova empresa. No início, o HKB era liderado por Gerhard Fritze.

Foi casado com um descendente da família Ilgner, e esta foi uma das razões pelas quais ele se envolveu cada vez mais nas atividades de bastidores da política internacional da IG-Farben. Outro membro da família era responsável pelo serviço de inteligência NW7 (para o qual o príncipe Bernard trabalhava) da busca fervorosa por Lebensraum pela empresa química Max Ilgner.

A princesa Armgard zur Lippe Biesterfeld, mãe do príncipe Bernardo, era uma de suas amigas. Uma ligação que não daria apenas frutos doces. Em 1929, Fritze obteve a nacionalidade holandesa. Antes disso, ele já havia sido transformado em sueco por conveniência, para guiar o processo de aproximação entre IG-Farben e Enskilda um pouco mais suave. Nos Países Baixos, supervisionou principalmente os fluxos de dinheiro entre a sociedade-mãe alemã e a filial americana Chemnyco.

Este ramo foi liderado por Rober Ilgner, um americano naturalizado irmão de Max Ilgner, que

foi assistido pelo conhecido GGH e UBC de Prescott Bush e Averill Harriman. De acordo com relatos, Fritze e Max desempenharam um papel não negligenciável na formação conjunta dos príncipes herdeiros holandeses Juliana e do príncipe Bernard zur Lippe Biesterfeld, que agora está em construção para o NW7. Bernard convidou nazistas proeminentes para seu casamento com Juliana, onde a saudação de Hitler foi dada (Heil Hitler) (fonte: No Cancer Foundation).

No final da Primeira Guerra Mundial, August Thyssen, o maior produtor militar da Alemanha, viu o seu império siderúrgico em perigo. Na Holanda "neutra", abriu o Banco de Comércio e Navegação em Roterdão. Desta forma, ele foi capaz de obter seus despojos de guerra do August Thyssen Bank em Berlim (antecessor do Banco BIS) a tempo contra os pedidos de indenização do Tratado de Versalhes.

O velho Augusto doou 100 milhões de dólares e o seu império industrial na zona do Ruhr ao seu filho Fritz. Em 1923, Fritz caiu sob o feitiço de Adolf Hitler, o homem que poderia salvar a indústria alemã da classe trabalhadora rebelde. O barão de aço encontra Adolf Hitler e o general Erich Ludendorff e decide dar 100.000 marcos de ouro ao incipiente NSDAP. O bisavô e avô Bush descobriu bem. Através da Brown Brothers e Harriman eles investem na Alemanha nazista, através do banco UBC da Thyssen eles obtêm seus lucros de armamento de volta nos Estados Unidos. Em 1934, os lucros subiram para centenas de milhões que também fluíram para Roterdão e Nova Iorque. Em Nova Iorque, Prescott Bush é agora diretor-geral da UBC "a família Bush sabia muito bem que os Brown Brothers eram o canal de dinheiro dos EUA para a Alemanha nazi e que o Union Bank era o oleoduto secreto para trazer o dinheiro nazi de volta à América através dos Países Baixos", escreve John Loftus, antigo procurador do Departamento de Estado dos EUA para crimes de guerra nazis (fonte: A Verdade Agora).

É por isso que o PvdA teve de se afirmar como um novo partido antes da realização das chamadas "eleições do Partido Democrático". Na história política holandesa, este avanço refere-se ao movimento imediatamente após a Segunda Guerra Mundial por um único partido progressista que tinha que unir progressistas com um fundo católico, protestante, social-democrata ou liberal. Para que isso acontecesse, o velho sistema político compartimentado tinha de ser "quebrado".

A ideia de um avanço levou à formação do Partido Trabalhista (antigo SDAP, VDB e CDU), que foi fundado em 9 de fevereiro de 1946. O KVP já tinha sido fundado em 1945 como sucessor do RKSP pré-guerra, com o qual a rainha Guilhermina podia contar com o gabinete KVP/PvdA que queria quando realizou as chamadas "eleições democráticas" após 9 de fevereiro de 1946. Imediatamente depois, convocou novas eleições, que ocorreram em 16 de maio de 1946.

Depois de as eleições terem mostrado que o KVP e o PvdA tinham recebido mais do que a maioria dos votos para a formação de um novo gabinete, o gabinete Schermerhorn-Drees pediu a demissão. Após a formação do gabinete Beel (VD/PvdA), que pôde contar com o apoio da maioria da Câmara dos Representantes, a rainha concedeu a renúncia. Em reconhecimento disso, o ex-primeiro-ministro L.J.M. (Louis) Beel (KVP) foi posteriormente nomeado vice-presidente do Conselho de Estado em 1959, onde permaneceu até 1972. Isso possibilitou que o Gabinete Hitlerista, liderado pelos sucessivos chefes de Estado holandeses Guilhermina, Juliana e Beatrix, com a ajuda de todos os gabinetes escolhidos posteriormente do antigo território holandês, continuasse suas atividades até hoje.

Todos no mundo inteiro (exceto o Maxima) mantiveram-se calados sobre isso por nada menos que 67 anos.

De 1945 até aos dias de hoje: Presidente Jan Donner (avô do atual vice-presidente Piet Hein Donner do Conselho de Estado) do Conselho Central de Purificação decidiu que colaboradores económicos como Damme (mas também a Philips executavam ordens para organizações alemãs) não seriam processados. Em 1949, no entanto, Damme Sr. foi censurado e incondicionalmente excluído da acusação. Segundo Melhuizen, a razão para isso é a seguinte.

"No caso de Werkspoor, é importante que, nos bastidores, as forças sociais tenham atuado para influenciar o curso da justiça. Isto foi em parte porque Damme sr. foi um membro proeminente do "we-circuit"; foi presidente da Fundação do Trabalho, comissário do Banco Central holandês e amigo do primeiro-ministro socialista Willem Drees, do político liberal e presidente dos empregadores D.U. Stikker e veio para a casa do príncipe Bernhard.

Além disso, a obra estava na corrida para que 200 milhões de florins de equipamentos fossem entregues à Argentina por via férrea. Naquela época, era uma mega ordem, que era considerada de grande importância para a reconstrução da Holanda. E assim o gabinete Drees tinha um argumento importante em suas mãos para poupar Damme Sr. como tantos outros industriais proeminentes. O país tinha de ser reconstruído e a indústria, que tinha sobrevivido tão bem à guerra, era desesperadamente necessária. Melhuizen chama isso de oportunismo a serviço da reconstrução.

O facto de Werkspoor ter sido sancionado e autorizado a pagar 30 milhões de florins em subornos ao ditador Juan Perón prova que a mega-ordem tinha de ser ganha. Em 1951, o príncipe Bernardo foi condecorado com Evite Perón com a Grã-Cruz da Ordem das Igrejas. Oranje Nassau. A ideia foi avançada pelo mesmo Stikker, na sua qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, sob o lema: "Custa tão pouco e dá tanto prazer" Além disso, o príncipe Bernhard tinha "um colar de pérolas" no valor de trinta mil florins para Evita Perón.

O príncipe Bernhard e Frits Philips eram bons amigos pessoais (de caça). Um extenso relatório do serviço de inteligência americano OSS (Office of Strategic Services), antecessor da CIA a partir de 1943.

com o título "O Grupo Philips está cheio de alegações; Por exemplo: "o departamento de polícia interno da Philips (....) trabalha em estreita colaboração com a GESTAPO" E: "na empresa há fascistas ou pessoas com ideias pró-fascistas. O diretor da Philips Argentina é um espião nazista", diz o relatório. O relatório, com mais de mil páginas de espessura e carimbo "Secret", foi recentemente descoberto por um investigador alemão num arquivo em Washington.

Este documento histórico também mostra que a Cimeira Philips em 1942 ofereceu ao OSS a utilização da rede internacional da Philips como fonte de informação e como cobertura para operações de espionagem. Quais são as alegações OSS de cooperação? E por que a própria empresa não dá Divulgação Completa? Argos sobre comerciante, espionagem e duplas. Um relatório de Gerard Leenders e Huub Jaspers. Apresentação: Max van Weezel (fonte: VPRO-VARA 25 de fevereiro de 2002).

Langs ouviu o colaborador nazi Willem Sassen (filho do presidente da Câmara de NSB, J.C.H.M.W. Sassen, no município de Veghel) que tinha sido condenado à revelia a 20 anos de trabalhos forçados nos Países Baixos e que aguardava a pena de morte na Bélgica.

Ao chegar, entrou em contato com o ex-secretário de Goebbels; Wilfred von Oven, editor das revistas "Die Freie Presse" e "La Plata Ruf". Na revista "die Freie Presse" começou a trabalhar como jornalista e ocupou-se com traduções para espanhol de Shakespeare, Goethe e Schiller.

Sob vários pseudônimos ele também publicou o livro "Die Jünger und die Dirnen" com a mesma editora. Como ghostwriter, Sassen reescreveu três obras de Hans-Urich Rudel: "Trotzdem", "Mein Dank an Argentinien" e "Es geht um das Reich". Estes livros foram publicados pela Dürer-Verlag. Além disso, ele também trabalhou como agente literário para as revistas americanas "Time - Life" e foi até 1965 correspondente especial do "The Telegraph" na Argentina.

O príncipe Bernhard também trabalhou em estreita colaboração com o jornalista nazista holandês Willem Sassen na Argentina. Sob a liderança de Perón, Willem Sassen trabalhou como oficial de relações públicas para Eva Perón e como conselheiro militar para Perón. Durante uma visita oficial do príncipe Bernhard em 1951, trabalhou como intérprete e acompanhante. O príncipe estava lá visitando a estação, e Bernhard também conheceu Kurt Tank durante uma demonstração do Pulqui II, que na época fez o caça de última geração que fez da Argentina um dos exércitos mais modernos. Kurt Tank fazia parte de um grupo de técnicos nazis que tinham fugido para a Argentina, onde procuraram refúgio seguro e construíram a indústria aeronáutica.

Nos anos sessenta, Sassen divorciou-se de Miep e casou-se com Elsje Delbaere, com quem teve dois filhos. Após a queda de Perón, trabalhou para uma empresa de água chamada "Indústria Integral de Aque". Na capital, conheceu em clube alemão as grandes figuras nazistas de seu tempo, que também haviam buscado refúgio na Argentina. Conheceu Léon Degrelle, Hans Ulrich Rudel e Otto Skorzeny. Um certo Ricardo Klement aproximou-se de Willem Sassen, que após a leitura de algumas das obras publicadas por Sassen.

Este homem acabou por ser Adolf Eichmann e tinha chegado a Buenos Aires em 1950 com o navio italiano "Giovanni" e desde então tinha mantido distância dos grandes nazis que se reuniam nos vários clubes alemães.

Eichmann queria colocar suas experiências no papel para mostrar ao mundo sua conhecida inocência. As entrevistas que se seguiram foram gravadas em fita e após o sequestro de Eichmann em maio de 1960 seria por muito dinheiro.

No entanto, o chão tornou-se demasiado quente debaixo dos seus pés quando se assumiu nos círculos nazis que Willem Sassen poderia estar envolvido no rapto de Eichmann. Ele deu ao Mossad informações sobre o paradeiro de Eichmann.

Devido a esta possível implicação, Willem Sassen fugiu para Roma por dois anos para escapar de possíveis vingadores. Depois de dois anos, Willem Sassen voltou e começou a importar armas. Tornou-se representante do Grupo austríaco Steyr-Daimler-Puch para toda a América Latina.

Willem Sassen tinha agora um passaporte alemão com o qual se deslocava ocasionalmente à Alemanha e aos Países Baixos para transações e visitas familiares. A condenação de Willem Antonius Maria Sassen expirou por volta de 1976 e, desde então, ele não é mais elegível para processo criminal. Segundo o então procurador De Beaufort, o caso de Willem Sassen expirou. "Foi-lhe permitido permanecer livremente na sua terra natal". Na Bélgica, no entanto, ele foi condenado à morte à revelia, na Holanda apenas 20 anos de negação jornalística (fonte: Go2War2).

A ideia predominante de reconstrução e a necessidade de não dar demasiada ênfase às empresas levou a uma enxurrada de "diligências" (o processo judicial) por parte de sucessivos Ministros da Justiça, assistidos por simpáticos capitães da indústria. Uma figura central neste jogo foi o Dr. J. Donner, presidente do Supremo Tribunal e presidente do Conselho Central de Purificação para a comunidade empresarial.

A política preferencial do presidente Dr. Jan Donner em relação aos colaboradores foi bem-sucedida dos 32.000 casos de cooperação econômica, eventualmente cerca de 700 foram levados ao tribunal criminal.

Estes eram os industriais azarados, principalmente empreiteiros, os construtores de "bunker". Eles eram apenas indigentes que não tinham suas origens, diz Meihuizen cinicamente. Eles também tinham sido culpados da forma mais visível de cooperação econômica que os bunkers podiam ver para qualquer um. Isto verificou-se, em muito menor grau, no sector bancário. Isso saiu da batalha quase ileso.

1953: André Donner (ARP), pai do atual vice-presidente Piet Hein Donner do Conselho de Estado, foi membro da Comissão Estadual Van Schaik de 17 de abril de 1950 a 6 de janeiro de 1954, que preparou a revisão da Constituição de 1953. Com esta revisão da Constituição, o artigo 60.º da Constituição foi alargado da seguinte forma.

"O juiz aprecia a constitucionalidade dos acordos".

A definição de "tratado" com potências estrangeiras, a Comissão de 1950 a Constituição de Eysinga estabeleceu em seu relatório plenário de 16 de setembro de 1950 o seguinte.

"Sem pretender ser exaustiva, a Comissão enumerou aqui uma lista dos nomes mais conhecidos: Tratado (tratado, tratado), Tratado Carta inglesa e francesa (Carta, Carta, Pacto, Pacto) Estatuto, Lei, Ata Final (Ata Final, Acte Final) Lei Geral (lei geral, acte general), Acordo (acordo de acordo), Settlement (acordo inglês e francês), Declaração ou declaração (declaração, Protocolo, Ata de Acordo, Troca de Cartas ou Cartas, Cartas anexas (cartas de divulgação) Modo vivendi, Compromisso de Arbitragem, Memorando de Entendimento (d'Accord)".

"Sem A Comissão declara que é exaustiva e enumera as denominações mais conhecidas: Tratado (tratado, tratado), Convenção Carta inglesa e francesa (Charter, Charter, Covenant, Pacte) Estatuto, Lei, Ata Final (Ata Final, Acte Final) Ato Geral (acte general), Acordo (acordo de acordo), Acordo (acordo inglês e francês), Declaração ou declaração (declaração, declaração) Protocolo (protocolo, protocolo) Ata aprovada, correspondência ou cartas, anexos de cartas (cartas de apresentação) Mode vivendi, Compromisso de Arbitragem, Memorando de Entendimento (D' Accord)".

Porque a constitucionalidade de um tratado, convenção, carta, pacto, estatuto, ato, acordo, acordo, declaração, declaração, protocolo, ata. A Carta de Acordo, o Memorando, a Arbitragem de Compromisso, o Memorando, etc. não podem ser revistos por nenhum tribunal, o que significa que não podem ser revistos à luz da Constituição (artigo 94.º da Constituição, Ned), pelo que não têm aplicação legal aplicável nos Países Baixos. André Donner foi tudo isto sem correr qualquer risco. O seu pai, Jan Donner, foi então (de 1946 a 1961) presidente do Supremo Tribunal dos Países Baixos.

Países Baixos.

1962: como resultado desta emenda constitucional feita pelo pai de Piet Hein Donner, o Vice-Presidente Louis Joseph Maria Beel (KVP) e a Presidente Rainha Juliana do Conselho de Estado abriu caminho para a publicação de um parecer positivo, sobre o qual o Gabinete DE Kade (KVP, CHU, ARP (agora CDA e VVD) declarou em 21 de abril de 1962 que a Lei de Pesticidas entrou em vigor que não leva em conta

-os efeitos adversos desses pesticidas durante as fases de utilização e de resíduos

- e que os produtos químicos inativos, desconhecidos e outras substâncias altamente tóxicas, tóxicas corrosivas ou nocivas, não têm de ser rotulados numa violação muito grave dos artigos 1.º, 21.º e 22.º da Constituição, que já não são apreciados por um tribunal.

Os principais acionistas da Shell/Bilton (incluindo a Casa Real e o Estado neerlandês) aproveitaram as deficiências da Lei dos Pesticidas que o Conselho de Estado e o Estado neerlandês nela tinham deliberadamente incorporado para venderem os seus resíduos perigosos altamente problemáticos que continham concentrações muito elevadas de substâncias cancerígenas altamente tóxicas e totalmente solúveis em água, ácido arsénico e trióxido de crómio (crómio VI) como pesticidas durante muito tempo, em vez de mantê-lo para sempre a um custo muito elevado, como exige a lei, pelo menos a partir de 1986.

Posteriormente descobriu-se que, com a ajuda de André Donner, estas falhas na Lei dos Pesticidas levarão a pedidos de indemnização contra a Shell/Bilton (e, portanto, contra a Família Real) que já não podem ser pagos, isto deve-se ao simples facto de um "Acordo" ou "Tratado" cuja constitucionalidade já não é apreciada por um juiz em resultado das ações de André Donner, não é uma "lei" como a Lei dos Pesticidas e o facto de, devido à inexistência dos Países Baixos a partir de 18 de maio de 1940, não poder ser deduzida qualquer força jurídica da Lei dos Pesticidas, de 21 de abril de 1962.

Entre 1954 e 1964, um ano após a alteração do artigo 60.º da Constituição neerlandesa (1953 que o juiz não interfere na apreciação da constitucionalidade dos acordos) foi fundado o Grupo Bilderberg, uma associação secreta fundada em 1954 por iniciativa do príncipe Bernhard de Lippe-Biesterfeld e do polaco Josef Retinger (maçom), bem como do belga Pierre de Bonvoisin (diretor da Société Générale de 1951 a 1962), cujo pai nasceu durante a Segunda Guerra Mundial. Guerra Mundial foi vice-presidente do Bis Bank e H.F. van Walsem (membro do Conselho de Administração da Royal Philips Electronics N.V.) foi fundado (fonte: Wikipedia)

Na década de 1980, o filho (também mencionado no dossiê Dutrous) foi desacreditado porque mantinha laços com organizações de extrema-direita e era suspeito de ter ligações com o C.C.C. e a gangue de Nivelles. Estas últimas acusações nunca foram comprovadas, mas ele manteve seu apelido: "O Barão Negro" (fonte: Wikipedia). No antigo território holandês, o gabinete de Hitler continuou a partir de 5 de maio de 1945 sob a liderança dos sucessivos chefes de Estado holandeses, geridos pelas conferências secretas de Bilderberg, que foram fundadas em 1954 e presididas pelo governo holandês do príncipe Bernhard, da então rainha Beatriz e agora do belga Etienne Davignon, em que o regime nazista foi assumido pela União Europeia, sendo o próximo passo a destruição total da nossa democracia no quadro do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que está prestes a entrar em vigor em 1 de julho de 2012.

Sukarno e Bernhard: John F. Kennedy iniciou negociações sobre o futuro da Nova Guiné Holandesa nos Estados Unidos sob a presidência de seu irmão Robert F. Kennedy quando os Países Baixos aceitaram que a área fosse colocada sob supervisão da ONU. A ONU iria levá-lo da Nova Guiné para a Indonésia (Sukarno).

Diplomatas holandeses, indonésios e americanos falaram sobre isso em segredo por mais de um ano. Ainda mais secreta foi a interferência do príncipe Bernardo, que foi provada depois. Em 1962, os últimos soldados holandeses tiveram que deixar a Indonésia pelas mãos de Sukarno, John F. Kennedy e seu irmão Robert Kennedy, que se voltaram contra os planos sombrios dessa linha, os banqueiros e sua agenda da Nova Ordem Mundial.

A empresa de mineração conjunta Biliton faliu, fazendo com que Biliton e a família real holandesa financiassem Sukarno e Bernhard: John F. Kennedy iniciou negociações nos Estados Unidos sobre o futuro da Nova Guiné Holandesa sob a presidência de seu irmão Robert F. Kennedy quando o Ministro da Justiça holandês nos EUA aceitou que a área fosse colocada sob supervisão da ONU. A ONU iria levá-lo da Nova Guiné para a Indonésia (Sukarno).

Diplomatas holandeses, indonésios e americanos falaram sobre isso em segredo por mais de um ano. Ainda mais secreta foi a interferência do príncipe Bernardo, que foi provada depois. Em 1962, os últimos soldados holandeses tiveram que deixar a Indonésia pelas mãos de Sukarno, John F. Kennedy e seu irmão Robert Kennedy, que se voltaram contra os planos sombrios dessa linha, os banqueiros e sua agenda da Nova Ordem Mundial. Os 30.000 soldados holandeses foram incapazes de garantir que a Nova Guiné e as ilhas menores de Bali/Bangka e Biliton fossem preservadas para os Países Baixos e tiveram que se retirar da Nova Guiné.

Em 1958, a última concessão para a extração de minério de estanho na Indonésia expirou, ou seja, não foi ampliada. A Common Mining Company Biliton (GMB) entrou em liquidação, deixando Biliton e a família real com uma catástrofe financeira que ameaça fazer com que a família real holandesa perca seu poder no mundo. Os problemas financeiros da família real eram tão grandes que o primeiro-ministro Prof. Dr. J.E. De Quay discutiu-os pessoalmente com a ex-rainha Juliana. Como prova factual disso, cito abaixo textualmente o seguinte texto das entradas do seu diário, no qual o Primeiro-Ministro De Quay escreve literalmente o seguinte

1 de fevereiro de 1960: "Esta manhã tive uma conversa com HM e HRH sobre a situação financeira da família real. Temos de fazer alguma coisa a esse respeito. Prince pediu "escala deslizante" Parece-me juridicamente difícil. Prepare-se bem. Discussão com Beel.

Willem Oltmans (jornalista) estava ciente disso e se encontrou com o presidente Sukarno da Indonésia em 10 de junho de 1956. Os conservadores neerlandeses (Joseph Luns/KVP) odiavam o chefe de Estado da antiga colônia holandesa.

De Telegraaf, portanto, banuiu Oltmans da entrevista com Sukarno. Ele fez a coisa natural de qualquer maneira. Marcou o fim da sua curta carreira com este poder e o início dos seus problemas com o Estado holandês. De 1950 a 1962, cerca de 30.000 soldados holandeses serviram em Nova York. Guiné (1/2/3) Marinha por um período curto ou longo. Exército, Marechaussee, Todos os setores das forças armadas estavam representados. Em 1963, o presidente John F. Kenney assinou um acordo com o presidente Sukarno para criar fundos para permitir que o Tesouro dos EUA criasse suas próprias notas do Tesouro em dólares do Tesouro, minando assim o "direito" do Federal Reserve de imprimir notas de dólar do Federal Reserve.

Este acordo permitiu transferir 50.000 toneladas de ouro para o apoio.

estas moedas. o problema, no entanto, era que isso também teria apoiado a moeda nacional dos EUA com ouro, o que teria violado os acordos internacionais destinados a estabilizar a moeda. Onze dias após a assinatura (em 22 de novembro de 1963), John F. Kennedy foi assassinado em plena luz do dia por pessoas internas na frente de todo o mundo, da mesma forma que o político holandês Pim Fortuyn.

Tal como aconteceu com Pim Fortuyn, vários membros de Bilderberg parecem ter estado envolvidos neste assassinato. Cinco anos mais tarde, em 5 de junho de 1968, em um comício de campanha no Hotel Ambassador em Los Angeles para a eleição de 1968, Robert Kennedy foi

assassinado, após o que Bilderberger Richard Nixon tornou-se presidente do Estado dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1969 (fonte: No Cancer Foundation).

1983: o mesmo André Donner (ARP), que é o pai do atual vice-presidente Piet Hein Donner do Conselho de Estado, foi de 1967 a 1971 (co-)presidente da Comissão Estadual Carls-Donner que preparou a revisão geral da Constituição em 1983. Com esta revisão da Constituição, o artigo 120.º foi incorporado na Constituição geralmente revista, que tem a seguinte redação.

"O juiz não intervém na apreciação da constitucionalidade de leis e tratados."

Incluindo o artigo 120.º independente nesta Constituição geral revista em 1983 com o aditamento de "Leis", o problema da responsabilidade de 16,5 milhões de holandeses e 500 milhões de europeus para com a Shell/Biliton (e, portanto, para com a Casa Real e o Estado neerlandês) foi eliminado devido às deficiências incorporadas na Lei dos Pesticidas de 21 de abril de 1962. André Donner, do Vice-Presidente Willem Scholten (CDA) e da Presidente do Conselho de Estado, a Rainha Beatriz abriu assim caminho à publicação de um parecer positivo, sobre o qual o Governo Lubber (CDA e VVD) decidiu que a autorização de pesticidas já não pode ser avaliada à luz dos seguintes artigos 1.º, 21.º e 22.º da Constituição: que a seguir se inserem e que, em caso algum, não são juridicamente válidos a partir de 18 de maio de 1940.

Artigo 1.º da Constituição

Todos os que se encontram nos Países Baixos serão tratados em pé de igualdade em casos iguais. Não é permitida a discriminação com base na religião, crença, opinião política, raça, género ou qualquer outro motivo.

Artigo 21.º da Constituição

A preocupação do Governo centra-se na habitabilidade do país e na proteção e melhoria do ambiente.

Artigo 22.º da Constituição

- 1) O governo toma medidas para melhorar a saúde pública
- 2) A promoção de habitação adequada é uma preocupação do governo.
- 3) Cria as condições para o desenvolvimento social e cultural e para as atividades de lazer.

Com a ajuda do Conselho de Estado, do Estado dos Países Baixos e dos partidos políticos CDA e VVD, empresas como a Shell/Biliton/Budelco, sob o pretexto da "sustentabilidade", conseguiram receber milhares de milhões de euros em subsídios governamentais (dinheiro dos impostos) através de pesticidas (incluindo sais de Superwolman). (Co) centenas de milhões de quilogramas de substâncias cancerígenas altamente tóxicas falsamente rotuladas, como o ácido arsénico e o trióxido de crómio (crómio VI), que são resíduos perigosos altamente problemáticos, em especial da Biliton/Shell/Budelco, foram despejados por madeira impregnada em casas e jardins pelos consumidores, sem que contra eles tenha sido tomada qualquer medida administrativa, podendo e podem ser tomadas medidas civis ou penais.

Andre Donner conseguiu isso no período de 1967 a 1971. Sabendo que o mesmo André Donner foi também membro do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no Luxemburgo significa no mesmo período (de 7 de outubro de 1958 a 29 de março de 1979) o seguinte: pronunciou-se igualmente nessa qualidade, com a qual o Tribunal de Justiça da União Europeia passou a estar subordinado ao atual Vice-Presidente Piet Hein Donner (CDA) do Conselho de Estado, que,

juntamente com o pai e o avô, foi empregado do gabinete de Hitler, o dos Países Baixos a partir de 5 de maio de 1945, sob a presidência da rainha Guilhermina, depois Juliana e agora Beatriz.

Desta forma, a Shell/Bilidon (presidida por respetivamente. Os holandeses Hans Alders (PvdA), Jan Pronk (PvdA) e Pieter van Geel (CDA) do ainda existente gabinete Hitler) conseguiram estabelecer que o "Protocolo do Rio de Janeiro", o "Protocolo de Quioto" e a "Conferência de Sustentabilidade de Joanesburgo" foram assinados em todo o mundo com a ajuda dos países da União Europeia, que produziram bilhões de quilos de falsamente rotulados totalmente solúveis em água, carcinogêneos altamente tóxicos, como o ácido arsênico e o trióxido de crômio (crômio VI), são resíduos perigosos muito problemáticos em todo o mundo, sendo despejados de forma descontrolada na água, no solo e no ar através de produtos de lixiviação temporária (madeira impregnada) com grandes quantidades de subsídios governamentais europeus sob o pretexto de sustentabilidade, inovação, ecologicamente correto, biomassa, eletricidade verde, redução de CO2, rótulo Komo, betão amigo do ambiente, combustível secundário, reutilização. O reconhecido Gerente de Segurança da Europa, Ad van Rooij, que como membro da Fundação Sem Câncer é coautor desta carta, que enviou a seguinte carta por fax ao povo holandês em 2 de maio de 2002: Primeiro-Ministro Pim Fortuyn sobre este assunto.

Assinatura com aviso de receção

Para: P. Fortuyn
G.W. Burgerplein 11
3021 PERTO DE ROTERDÃO
Sint Oedenrode, 3 de maio de 2002
Nossa referência: PF/03052/BR

Prezado Sr. Fortuyn,

Estou muito chocado com a forma como Wim Kok, Frits Bolkestein, o Partido Trabalhista, etc. o acusam pessoalmente. Está a dizer a verdade.

Wim Kok (PvdA), Jan Pronk (PvdA), A. Kosto (PvdA), Tjeenk Willink (PvdA), etc. corromperam, com a ajuda deste gabinete roxo, toda a política, todo o poder judicial e todo o Ministério Público (Ministério Público) e envenenaram todo o nosso país com substâncias cancerígenas extremamente tóxicas. Tudo isto com o mau uso de grandes quantias de dinheiro público (subsídio) a coberto de ecologicamente, amigo do ambiente, biomassa, eletricidade verde, sustentável, redução de CO2, rótulo Komo, betão amigo do ambiente, combustível secundário, reutilização, protocolo do Rio de Janeiro e protocolo de Quioto.

Tudo isto começou no gabinete Lubber III, no qual Wim Kok foi Ministro das Finanças e Jan Pronk Ministro das Finanças e da Cooperação para o Desenvolvimento. São precisamente eles, o Partido Trabalhista, mas também o CDA estabelecido no Brabante e no Limburgo, que representam uma grande ameaça para a nossa sociedade e para manter o nosso país habitável. Os seguintes documentos em anexo deixam isso absolutamente claro:

i. A minha carta de 22 de abril de 2002, ref. VROM/22042/vz, ao Ministro da VROM, J.P. Pronk (PvdA).

li. II. O meu pedido de objeção, datado de 28 de janeiro de 2002, referência: Bes/28012/wra, apresentado por A. Kosto ao Conselho de Estado (PvdA).

lii. III. A minha carta de 13 de abril de 2001, referência: TEK/13041/vz à Presidente da Câmara dos Representantes, J. van Nieuwenhoven, e a sua resposta (Partido Trabalhista).

Iv. IV. A minha queixa de 24 de fevereiro de 2002 ao Provedor de Justiça Nacional sobre Wim Kok (PvdA) e a reação do Provedor de Justiça Nacional.

v. V. A minha carta/comunicado de imprensa datado de 2 de maio de 2002 ao vereador ambiental E.H.G.J.M. Huijbregts de Sint Oedenrode (causa PvdA e CDA).

Vi. VI. A minha declaração escrita de 10 de abril de 2002 sobre a prática de falsificação pelos conselhos de Estado de R. Cleton, Dr. J.C.K.W. Bartel, R. J. Hoekstra e P. van Dijk, incluindo artigos de imprensa. (Causa: Tjeenk Willink PvdA e anteriormente Scholten CDA).

Gostaria de lhe pedir que analisasse atentamente estes documentos e os seus anexos.

Venho por este meio conceder-lhe permissão para usar todos os documentos na sua luta contra o atual poder político criminoso estabelecido, chamado Ditadura de Polder.

Podem contar com o meu conhecimento e experiência nesta matéria, se assim o desejarem.

Agradeceria que recebesse a minha resposta. Com os melhores cumprimentos

Centro de Conhecimento Ecológico B.V.

Para isso,

Ing. A.M.L. vanje Rooij Diretor c.d.d. René van den Oord (graças a ele)

Recebi a carta até 4 de maio de 2002, o mais tardar. No entanto, isso não aconteceu. Em 22 de maio de 2002, ou seja, 18 dias após o seu envio, esta carta só foi oferecida à Fortuyn BV. Pim Fortuyn nunca foi capaz de ler os dois quilos de provas. Pouco depois, o assassinato de Pim Fortuyn (em 25 de maio de 2002) Ad van Rooij foi, por ordem do vice-prefeito Cees van Rossum (CDA) e da vereadora Henriette van den Berk-van de Laar (CDA) de Sint-Oederoed no Eindhovens Dagblad, retratado como um ativista a ser colocado em pé de igualdade com o assassino Volkert van der Graaf, Quem, aliás, não é o verdadeiro assassino. Pim Fortuyn tinha uma bala de calibre diferente na cabeça (da qual morreu) do que no abdómen (fonte: deepjournal 4 de maio de 2007).

De acordo com o livro "Assassinato por ordem da coroa" de Ine Veen, o verdadeiro assassino acaba por ser um certo Abu Fatah? Da mesma forma, Ad van Rooij, o seu Centro de Conhecimento Ecológico, Rob Brockus, o seu Social Databank Netherlands e Robert Kahlman foram então abordados por um agente repórter que se chamava Hans Vermeulen, mas na realidade quem era Marco Wetering a viver em Amerkia, na presença de um certo Allan Waver que só falava inglês com um claro sotaque americano?

Ambos seriam funcionários da AIVD e da CIA. Mais tarde, Ad van Rooij entregou os dois quilos de provas a Hans Smolders, o motorista de Pim Fortuyn. Guardou-a no seu quarto na Câmara dos

Representantes e num armário trancado, do qual desapareceu mais tarde. Ele dividiu este quarto com Mat Herben (maçom), o que deixa claro quem fez isso (fonte: livro Assassinato em nome da Coroa?).

Logo depois, Mart Herben deixou o armário contendo o LPF ruir, ele participou da conferência de Bilderberg e o gabinete Balkenende I foi fundado com o membro do CDA Jan Peter Balkenende (pedreiro livre) como primeiro-ministro, que por sua vez era amigo pessoal do prefeito Peter Maas (CDA) de Sint-Oedenrode (fonte: Het echte Nieuws, 7 de novembro de 2009). Para evitar a criação de um novo partido que o primeiro-ministro, o primeiro-ministro J.P. Balkenende fundou a "Plataforma de Inovação" sob sua presidência em 2003, na qual os presidentes Gerard Kleisterlee da Philips e Marjan Ouderman da Corus outros foram representados como membros, que permaneceu em vigor até junho de 2010.

O objetivo disso é evitar o envenenamento maciço de todo o mundo sob a capa da "sustentabilidade", como descrito por Ad van Rooij a Pim Fortuyn em uma carta de 3 de maio de 2002, do gabinete de Hitler para ser continuado (fonte: Wikipedia). Esta é exatamente a razão pela qual o presidente da Philips, Gerard Kleisterlee, em cooperação com o ex-Ministro dos Assuntos Sociais e do Emprego, Sr. J.P.H.

Donner (agora vice-presidente do Conselho de Estado) declarou espontaneamente o seu gestor de segurança Ad van Rooij 100% incapacitado para o trabalho (doente mental) a partir de 24 de setembro de 2007, sem pagamento continuado de salários a partir de 25 de outubro de 2007, em violação da convenção coletiva de trabalho da Philips e da Lei relativa às prestações de doença, através da qual a advogada Ellen Pasman (a famosa advogada de Willem Oltmans) roubou 26 352,13 euros a Ad van Rooij. (fonte: de 22 de janeiro de 2012, por Ad van Rooij Philips e o seu advogado E. Pasman).

É bom saber que o ex-Ministro dos Assuntos Económicos A. Jorritsma-Lebbing (VVD) em nome do "Estado holandês", que já não existe, a partir de 18 de maio de 1940, assinou um "acordo de cofinanciamento JSF" com um grande número de empresas, incluindo a Philips Electronica Nederland B.V. pouco antes do assassinato de Pim Fortuyn para a compra de aviões de combate JSF para a Força Aérea Holandesa.

O Sr. H.J.G. Hendriks, que celebrou este acordo em nome da Philips Electronica Nederland N.V., é agora Presidente do Conselho de Administração da Philips Benelux e ainda era gestor sénior do gestor de Segurança da Philips, Ad van Rooij. Tem um interesse pessoal em que Ad van Rooij permaneça 100% incapacitado para o trabalho (doente mental) para o resto da vida, sem continuar a pagar salários durante a doença.

Também é bom saber que Pim Fortuyn se opôs fortemente à compra dos aviões de combate JSF (Joint Strike Fighter) e que Theo Van Gogh afirmou que Mat Herben recebeu subornos do lobby de caças americano (fonte: De Groene Amsterdammer). Theo Van Gogh também foi assassinado em 2 de novembro de 2004 em Amsterdã.

Mat Herben foi jornalista no Ministério da Defesa de 1977 a 1987. Em seguida, tornou-se jornalista da revista Manna do fundador do Center Parcs, Piet Derksen. Em 1990 regressou ao Ministério da Defesa, agora como chefe de redação do Jornal da Defesa. Em 1995, tornou-se editor-chefe do Departamento de Informação do Ministério da Defesa. Foi editor da Alle Hens (revista mensal da Marinha Real Neerlandesa), da revista De Vliegende Hollander (revista mensal da Força Aérea Real Neerlandesa) e editor do sítio Internet. Nessa qualidade, ele desempenhou um papel de liderança na Defesa denunciante Fred Spijkers mentalmente doente fora do mundo da porta, porque em

1984 ele se recusou a cooperar com um plano de defesa para evitar o ferimento fatal do mini-especialista Rob Ovaas como resultado de uma mina insegura (fonte: Katholiek Nieuwsblad 29 de agosto de 1997).

Também é bom saber que o secretário municipal John Jorritsma (VVD) de Sint-Oedenrode

O prefeito Piet Schriek (CDA) é sobrinho do ex-ministro da Economia A. Jorritsma-Lebbing (hoje: prefeito de Almere). Este John Jorritsma rapidamente promovido a prefeito de Budel, onde está localizada a fábrica de Budelco, a partir da qual resíduos perigosos altamente problemáticos de ácido arsênico são gerados em Superwolman salt-co. Depois de colocar tudo em ordem, John Jorritsma foi promovido a atual comissário da rainha da província da Frísia.

Em 18 de agosto de 1992, sob a presidência do Procurador G. Bos da Hertogenbosch do Ministério Público, realizou-se uma reunião secreta com o procurador G. van Rooij para esta declaração 100% incapacitada (doente mental) do gestor de segurança da Philips, Ad van Rooij, pelo seu colega médico Harry Mol (ambos membros da Divisão de Saúde Ocupacional da Philips) e pelo Serviço de Segurança) em nome de Jan Oerlemans. Foi coroado com uma fita real. Broers, o antigo presidente da Câmara P. Schriek (CDA) de Sint-Oedenrode (CDA), o antigo presidente da Câmara Municipal do Ambiente H. van Dij-Eerhart de Sint-Oedenrode (CDA), o assistente jurídico da Província do Brabante do Norte H. Artz, os guardas I. Valk e M. Saris da polícia nacional de Sint Oedenrode, o Sr. C. Kerstholt chefe do departamento de construção Sint-Oedenrode, o inspetor ambiental H. de Vries de Noord-Brabant, o Sr. V. Ditters chefe dos assuntos gerais do De Dommel Water Board e anotador G. van Aarle inspeciona funcionário público Sint-Oedenrode. Nesse segredo Em nome do inspetor ambiental H. de Vries do Brabante do Norte, o Ministro Hans Alders (PvdA) da VROM, o Presidente da Câmara Piet Schriek (CDA) de Sint-Oedenrode O médico Henk Jans teve de o enviar a Ad van Rooij para o declarar doente mental. Graças a Anton Nigthen, da Consulta Nacional sobre o Ambiente, e a Jan Juffermans, do Kleine Aarde, tal fracassou. Em reconhecimento de Henk Jans, médico do GGD, recebeu o Prémio Provincial do Ambiente do Brabante do Norte em 1993 pelo Comissário da Rainha do Brabante do Norte, Frank Houben (um grande amigo da Rainha Beatriz). (fonte: Het Echte Nieuws 26 novembro 2007)

De 1993 em diante, Ad van Rooij, sua família, seus pais e sua fazenda de cavalos (mais tarde, o Camping e a igreja pentecostal 'Dommeldal') chegaram lá atrás de outro com destruição, terror, tentativa de homicídio culposo dos Van de In em particular da família Biggelaar (vizinha de Ad van Rooij). Por isso, a van Familie den Biggelaar foi ricamente recompensada pelo primeiro prefeito Piet Schriek (CDA) e depois pelo prefeito Peter Maas (CDA). As muitas acusações criminais de Ad van Rooij contra Dit nunca foram tratadas. Além disso, vêm Ad van Rooij, sua esposa, seu cavalo A fazenda de gado de 1993 até o presente teve que lidar com uma após a outra apreensão ilegal, muitas elevadas e selagem de instalações comerciais, por até 19 anos.

Tudo isso com a ajuda da polícia e do judiciário, que continua até hoje. (Fonte: comunicação de objeção de 24 de maio de 2012 por Van Rooij após preto e branco de Sint-Oedenrode).

Foi o mesmo médico neerlandês do GGD Henk Jans que, a partir do grupo binacional (neerlandês e de peritos), avaliou os aspetos médicos e ambientais do pesticida XENTARI WG, com o qual, em vários municípios do Limburgo belga (incluindo Bree e Maaseik), tinha efetuado o controlo preventivo da lagarta processionária do carvalho com grandes quantidades de subvenção do governo belga sem as autorizações legalmente exigidas.

Isto porque o médico do GGD, Henk Jans, avaliou-o como um produto biológico sem riscos ambientais ou para a saúde. Uma pesquisa realizada pelo Ecological Knowledge Center B.V.

mostrou que o pesticida XENTARI WG é um pesticida extremamente tóxico e até cancerígeno, com o qual todas as plantas frutíferas e vegetais belgas também foram pulverizadas por nada menos que 10 anos (graças a este especialista Henk Jans?).

Isto para além das dezenas de milhões de quilos de ácido arsénico cancerígeno altamente tóxico e óxido de crómio (crómio VI), que podem ser completamente dissolvidos em água, a partir da madeira impregnada que foi despejada dos Países Baixos e da Bélgica a conselho do mesmo médico, o médico do ambiente Henk Jans, pelo qual ganhou o Prémio Provincial do Ambiente de 1993 do Brabante do Norte, em 16 de novembro de 1993, das mãos do Comissário da Rainha, Frank Houben (CDA), camareiro e amigo pessoal da rainha Beatriz e testemunha no casamento do príncipe herdeiro Guilherme Alexandre e Maxima. (Fonte: Relatório de peritos de 6 de março de 2012 do Centro de Conhecimento Ecológico B.V.).

Quando Ad van Rooij participou das eleições para a Câmara dos Representantes dos Estados Gerais em 22 de novembro de 2006 para a "Lista 14", esta lista foi silenciada pela mídia (por ordem do gabinete Hitler continuado). O jornalista holandês Julius Vischjager (editor-chefe do The Daily Invisible), que há mais de 30 anos tem a leitura única de que lhe foi permitido fazer a última pergunta durante a conferência de imprensa semanal do primeiro-ministro, disse a Ad van Rooij que uma brigada do estrangeiro estava a caminho para o assassinar. Julius Vischjager escreveu então um artigo sobre isso no The Daily Invisible, que foi a salvação para Ad van Rooij.

Quando Ad van Rooij participou nas eleições municipais de Sint-Oedenrode em 3 de março de 2010, como líder do partido para o Partido Verde, ele se tornou extremamente alto e teve que lidar com uma declaração criminal de difamação e revoltas Gestap em sua casa, quarto e gabinete pelo prefeito Peter Maas (CDA) para contar cavalos que andavam fora no decreto do prado do mesmo prefeito de Sint-Oedenrode (CDA). Em parte à luz das anteriores incursões da Gestapo pelas mesmas pessoas em que Ad van Rooij foi colocado na cela da polícia pela força bruta e do anterior pogo por homicídio culposo, Ad van Rooij tinha fugido para a Bélgica do lado da última incursão em 22 de abril de 2010 e, em 6 de maio de 2010, pediu asilo à polícia com a ministra responsável Joelle F.G.M. Milquet (fonte: The Real News 12 de maio de 2010).

São estes crimes de genocídio cometidos desde a Casa Real (gabinete Hitler) desde 5 de maio de 1945 até aos dias de hoje com veneno pesticida, veneno Chemtrails, veneno fluoreto, veneno aspartame, veneno vacinal, veneno por radiação, veneno cosméticos, etc. 5 a 10 anos dos quais pelo menos 10 milhões de pessoas só nos Países Baixos e na Bélgica morrerão prematuramente de cancro ou outras doenças graves de envenenamento.

Com isto em mente, a ministra belga Laurett Onkelinx (PS), responsável, tem nada menos do que 45 milhões de euros em subsídios (dinheiro dos impostos belgas) e o Governo flamengo também gastou cerca de 8 milhões de euros na vacinação de raparigas entre os 14 e os 18 anos com a vacina Gardasil HPV contra o cancro do colo do útero.

Ninguém na Europa, nem mesmo o titular da autorização de introdução no mercado desta vacina Gardasil, Patrick Dhont MD, Medical Affairs Manager da Sanofi Pasteur MSD, tem conhecimento das Fichas de Dados de Segurança (MSDS) legalmente exigidas para poder importar estas vacinas para a Europa e Bélgica. Muito menos para usar. Ninguém na Europa, nem mesmo a Comissão Europeia, sabe quais as substâncias químicas que a vacina Gardasil-HPV contém.

Todas as crianças que são vacinadas com ele são, portanto, cobaias para a empresa farmacêutica americana MERCK & CO, INC e a família real holandesa continua o gabinete de Hitler.

Mesmo aqueles que tomaram a vacina contra a gripe suína foram injetados com o veneno cancerígeno proibido e resíduos químicos. (fonte: Investigação aprofundada do responsável pela segurança da Philips, A.M.L. van Rooij, de 24 de outubro de 2009).

Flaraxin: Erik Verbe, da Fundação Sem Cancro, viu com pesar que os produtos de origem vegetal, como a Flaxarina, que são eficazes em 90% dos casos e podem causar tumores em muitos casos, desaparecem na Europa. Ele não entende isso porque a flaxarina é 10 a 20 vezes mais barata do que o tratamento de quimioterapia atualmente prescrito, que deve ser recebido de braços abertos em um momento de grandes cortes do governo.

Esta é mais uma razão pela qual as substâncias químicas utilizadas no tratamento da quimioterapia devem matar as células cancerígenas nas quais o paciente nem sequer morre. O doente tem então a oportunidade de recuperar e recebe um novo ciclo de tratamento. Desta forma, o paciente oncológico passa por um vale profundo com sua quimioterapia com geralmente alguma chance de cura.

Com este tratamento, a morte de todas as células cancerosas nem sempre ocorre completamente, após o que a chance de uma recaída é alta. Normalmente, este cancro é mais agressivo do que o primeiro e o doente ainda morre devido ao seu cancro.

A flaxarina aborda o cancro de uma forma completamente diferente. A flaxarina produz a sua própria intererona, estimula o sistema imunitário e tem a propriedade de o cancro se decompor. Flaxaxin funciona rapidamente e tem quase nenhum ou nenhum efeito colateral.

Isso não precisa ter sido usado a partir dos mesmos gabinetes contínuos de Hitler do antigo território holandês. Portanto, em 7 de abril de 2011, o promotor Marc Rubens de Hasselt ordenou uma operação sem aviso prévio na No Cancer Foundation, liderada pelo Comissário Jos Opdeloch, na qual os produtos Flaxaxin, as contas, os suprimentos médicos e os suprimentos médicos foram inspecionados.

A casa onde funciona a Fundação Sem Cancro foi apreendida e apreendida, e assim permanece até hoje. (fonte PV002702/2011 do interrogatório de Erik Verbeek)

A No Cancer Foundation possibilita que o SCIENTIFIC & TREATMENT CENTER FOR CANCER CURING PHOENIS DA UCRÂNIA OBTENHA O LINHO PERMITIDO EM TODO O MUNDO. Porque os países da União Europeia não apoiam isso, é muito difícil dentro da Europa. A Fundação espera que esta carta à Princesa Máxima contribua para uma revolução política global em que milhares de euros deixem de ser gastos em subsídios a produtos e processos que nos envenenam em massa com substâncias cancerígenas, como o ácido arsénico e o crómio VI, mas que esse dinheiro vá para tecnologias e produtos de origem vegetal suprimidos, Para que os nossos filhos e netos também tenham vida na nossa terra.

2. As consequências globais da revelação acima.

Com os factos mencionados no capítulo 1, estabelece-se que "os Países Baixos (Estado-Membro dos Países Baixos) e "O Neerlandês" deveriam ter sido "O Alemão" de 18 de maio de 1940 a 5 de maio de 1945, e que a partir de 5 de maio de 1945, a "Alemanha (Estado-Membro Alemanha)" deveria deixar de existir.

Em antigo solo holandês, o gabinete de Hitler continua em silêncio desde 5 de maio de 1945, sob a liderança dos sucessivos chefes de Estado holandeses Guilhermina, Juliana e Beatrix, impulsionados pelas conferências secretas de Bilderberg, fundadas em 1954 e presididas primeiro

pelo príncipe Bernardo, depois pela rainha Beatriz e agora pelo belga Etienne Davignon, durante as quais o regime nazista foi assumido pela União Europeia. Quais são as consequências para a Bélgica, União Europeia, Nações Unidas, OTAN e outras associações e clubes, como o clube de conferências Bilderberg de Roma, clube de Madrid, mas também envolveu bancos e empresas, etc. você pode ler abaixo.

I. A Constituição neerlandesa e toda a restante legislação declarada aplicável nos Países Baixos a partir de 5 de maio de 1945 não é juridicamente válida.

II. Todos os Primeiros-Ministros, Ministros, Secretários de Estado, Membros do Parlamento, Membros da Câmara dos Representantes, Comissários da Rainha, Membros do Conselho Provincial, Membros dos Conselhos Provinciais, Presidentes de Câmara, Vereadores e Vereadores neerlandeses, bem como todos os advogados neerlandeses que prestaram juramento à Rainha desde 5 de maio de 1945 até ao presente, fizeram-no em conformidade com o Gabinete de Hitler e, por conseguinte, são responsáveis pelo envenenamento geral do mundial, resultando em mais de um bilhão de vítimas de envenenamento (judeus de câncer) nos próximos 10 anos. São, portanto, responsáveis pelo maior genocídio da história mundial.

III. Todos os acórdãos, despachos, sentenças e acórdãos dos tribunais neerlandeses, dos tribunais de recurso, do Tribunal Central de Recurso, do Tribunal de Recurso para as Empresas, do Conselho da Magistratura e do Conselho de Estado de 58 de maio de 1945 até ao presente "em nome da Rainha" não são juridicamente válidos.

IV. Todos os passaportes, bilhetes de identidade, etc. neerlandeses emitidos desde 5 de maio de 1945 até ao presente não são juridicamente válidos. Os neerlandeses em questão são, portanto, apátridas.

V. À luz dos n.os 1 a 4 das presentes conclusões, as eleições para a Câmara dos Representantes anunciadas em 12 de setembro de 2012 não podem realizar-se nos Países Baixos e fazem parte das eleições para a Câmara dos Representantes do Parlamento devem realizar-se nos Países Baixos residentes nos antigos Países Baixos (entre os rios) para serem atribuídas à Bélgica e para requerer um passaporte belga e a parte restante (acima dos rios?) Alemanha e pedido de passaporte alemão; Porque estes países existem de direito e têm uma Constituição e um Tribunal Constitucional.

VI. Todas as decisões, veredictos e sentenças do Tribunal Penal Internacional de Haia sobre pessoas suspeitas de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra são inválidos porque foram proferidas no território de um país inexistente por recomendação das Nações Unidas, que foi coassinada pelo Gabinete Hitler a partir do antigo território neerlandês. Além disso, este "genocídio" é desproporcionado em relação ao genocídio venenoso de milhares de milhões de cidadãos mundiais do antigo território holandês do continuado Gabinete Hitlerista.

VII. Todos os políticos, partidos políticos, particulares, bancos, instituições, empresas, igrejas, etc., que participaram nas conferências secretas de Bilderberg desde 1954 até ao presente são responsáveis pelo envenenamento do genocídio de milhares de milhões de cidadãos mundiais ocorrido a partir do gabinete de Hitler, que permaneceu no antigo território holandês. Uma cópia desta carta ao Príncipe Máxima será, portanto, enviada ao atual presidente belga, Etienne Davignon, antes de 31 de maio de 2012, com o pedido explícito de que a conferência secreta de Bilderberg de 31 de maio de 2012 a 3 de junho de 2012 no hotel Westfields Marriott Washington Dulles, Virgínia, seja cancelada e que seja decidido que não serão organizadas mais conferências secretas de Bilderberg no futuro.

VIII. O Tratado do Benelux com os Países Baixos deve ser imediatamente dissolvido devido ao facto de os Países Baixos não existirem desde 5 de maio de 1945 e de a Bélgica não desejar associar-se ao Governo de Hitler, que continuou no antigo território neerlandês. Disso informaremos entregando uma cópia desta carta à Princesa Máxima, com o pedido de consultar a Princesa Máxima, Presidente Europeu, Herman van Rompuy, sobre esta questão em Bruxelas, em nome da Fundação Contra o Cancro. Propomos que o Rei Alberto II peça à Princesa Máxima que se torne presidente, uma vez que teve grande dificuldade em tornar isto público pela primeira vez e é independente, uma vez que nunca participou numa conferência de Bilderberg.

IX. Todos os tratados europeus, nomeadamente o Tratado de Maastricht e o Tratado de Amesterdão, não são juridicamente válidos. Estes tratados foram assinados no antigo território holandês, de onde o gabinete de Hitler continua desde 18 de maio de 1945 e foi coassinado por um Estado-membro dos Países Baixos que não existe constitucionalmente.

Isto significa que a Comunidade Europeia terá de ser recuperada após esse período. antes do Tratado de Maastricht, com a declaração de que os habitantes dos antigos Países Baixos terão de obter um nacionalista belga ou alemão. Em termos concretos, isto significa que apenas a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, a Grécia, a Espanha, a França, a Irlanda, o Luxemburgo, Portugal e o Reino Unido farão parte da nova Comunidade Europeia, que as antigas moedas (com exceção do florim) voltarão e que as fronteiras terão de ser novamente fechadas, nas quais poderá ser construída uma nova política, uma nova economia e uma nova vida social. onde os nossos filhos e netos também podem viver.

Enviaremos uma cópia desta carta à Princesa Máxima ao atual Presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy, que é também Presidente do Conselho Europeu. Isto com o pedido de discutir este assunto em Bruxelas com a Princesa Máxima, o Rei Alberto II da Bélgica, outras pessoas que desejasse e os abaixo assinados em nome da Fundação No Cancer.

X. A anunciada estabilidade europeia O mecanismo (MEE) não pode ter lugar em 1 de julho de 2012, como já foi anunciado, com base nos pontos 1 a 9 supra. Solicitamos ao atual Presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy, que informe o Conselho Europeu sobre este assunto e que o publique o mais rapidamente possível através dos Adidos de Imprensa da União Europeia.

XI. o Gabinete Hitlerista, que continuou a partir do território holandês a partir de 5 de maio de 1945, administrado pelas conferências secretas de Bilderberg com o apoio do Vaticano e dos partidos cristãos, dos quais pelo menos mil milhões de cidadãos mundiais morrerão prematuramente nos próximos dez anos e pelo menos mil milhões de cidadãos do mundo morrerão prematuramente nos próximos dez anos de doenças graves por envenenamento (incluindo cancro), deve ser imediatamente proibida pela Santa Sé. Isto porque os dez Mandamentos de Deus foram tratados de uma forma muito séria. Informaremos o Papa Bento XVI desta carta à Princesa Maxima e pedir-lhe-emos que perdoemos a todos, para que possamos trabalhar por um mundo novo em que os dez mandamentos de Deus sejam realmente observados e vigiados pela Santa Sé para a sua observância.

XII. As Nações Unidas sob esta forma devem ser dissolvidas devido ao facto de os Países Baixos já não existirem em 5 de maio de 1945 e, por conseguinte, não poderem ser membros das Nações Unidas. As Nações Unidas também querem ser associadas ao gabinete de Hitler, que passou pelo antigo território holandês. É muito importante que as Nações Unidas continuem a existir devido à sua rede e infraestruturas.

Precisamos desesperadamente disso para conseguirmos uma revolução política global em que já não sejam gastos milhares de milhões de euros em subsídios a produtos e processos que nos envenenam em massa com substâncias cancerígenas, como o ácido arsénico e o crómio VI, mas que esse dinheiro seja utilizado para tecnologias e produtos suprimidos de origem natural e vegetal, para que os nossos filhos e netos também tenham vida na nossa terra. Por conseguinte, enviaremos um pedido ao atual Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon (Coreia do Sul), sob a forma desta carta à Princesa Maxima, traduzida para inglês.

XIII. A NATO, sob esta forma, deve ser dissolvida devido ao facto de os Países Baixos ainda não existirem em 5 de maio de 1945 e, portanto, não serem membros da NATO. A NATO também não quer ser associada ao gabinete de Hitler, que continuou no antigo território holandês. É muito importante que a NATO continue a existir devido à sua rede e infraestruturas. Precisamos desesperadamente disso para manter a paz social na UE. Nos próximos anos difíceis, em que mais de mil milhões de cidadãos do mundo morrerão de doenças envenenadas (cancro) em resultado do persistente gabinete de Hitler do antigo território holandês sob a liderança das secretas Conferências de Bilderberg. Por conseguinte, enviaremos um pedido ao atual Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, com esta carta, traduzida para inglês, à Princesa Máxima, em apoio do seu pedido.

XIV. Clubes como o Clube de Roma, o Clube de Madrid e outros clubes, associações, etc., dos quais os Países Baixos são membros, não podem continuar a existir porque os Países Baixos não existem desde 5 de maio de 1945 e, portanto, não podem ser membros desses clubes, associações, etc.

Por isso, pediremos aos presidentes desses clubes, associações, etc. a carta ao Príncipe Maxima, traduzida para inglês.

3, Proposta de solução em que os nossos filhos também possam viver.

Para uma solução em que os nossos filhos e netos também possam ter uma vida, temos de ser capazes de perdoar todos os que contribuíram para o envenenamento da nossa terra. É por isso que é da maior importância que alguém da família real holandesa como presidente traga esta reviravolta no mundo. Vemos o príncipe Máxima como o candidato mais adequado. Dim porque sou refém deste problema de destruição do mundo, em que a família real holandesa terminou, é a única que tornou público esse problema da família real e nunca participou pessoalmente numa conferência de Bilderberg, sendo, portanto, independente.

4. Candidatura da Fundação Sem Cancro à Princesa Máxima

Tendo em conta os factos acima expostos, pedimos à Princesa Máxima que ponha fim a este envenenamento em massa da terra e dos seus habitantes, que foi iniciado pela família real holandesa.

Para pôr fim a este desnecessário envenenamento em massa, pedimos ao Príncipe Máxima que preside ao órgão consultivo acima proposto, no qual está representada a Fundação Sem Cancro.

Enquanto aguarda a sua resposta a este pedido, permaneceremos.

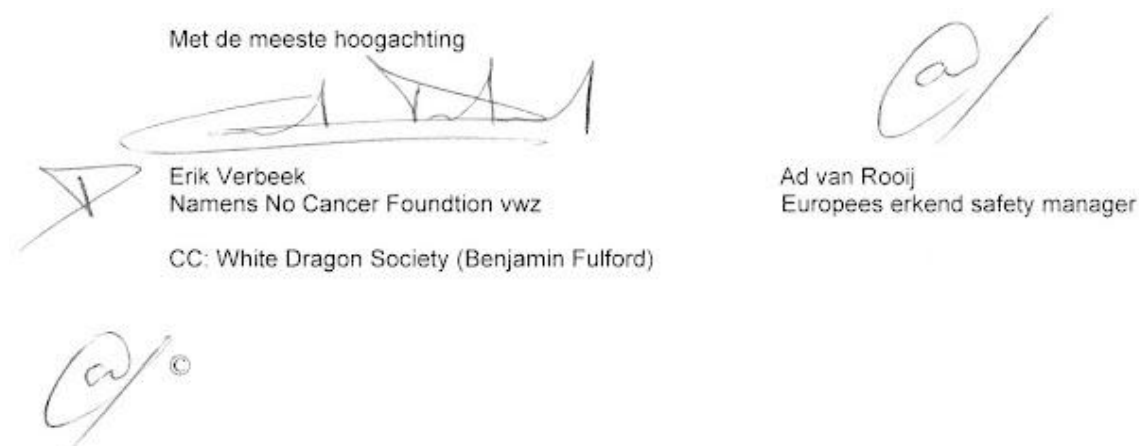
Peço-lhe que assegure, Excelentíssimo Senhor, a minha mais elevada consideração.

27 maio 2012

Eric Verbeek Anúncio van Rooij

Responsável Europeu pela Segurança Aprovado pela Fundação Sem Cancro

c.c. Companhia do Dragão Branco (Benjamin Fulford)



DITADURA DO JUDICIÁRIO: SUA EXPOSIÇÃO CRIMINAL

PARA: TODOS OS JUÍZES, PROCURADORES E ESCRIVÃES NOS PAÍSES BAIXOS

ABANDONE AGORA A SUA ILUSÃO DE LEGITIMIDADE. AS LEIS QUE O AFETAM ESTÃO EM VIGOR.

Esta é uma **INFORMAÇÃO IMPORTANTE** que **também se aplica aos PAÍSES BAIXOS**. Sua posição é **ILEGAL** e é diretamente **PUNIDA** de acordo com a lei dos EUA.

A AMEAÇA FARA: PRISÃO POR AUDIÊNCIAS ILEGAIS

Todo juiz, promotor, escrivão **DEVE** registrar declarações e aditamentos como **AGENTE DE UM CLIENTE ESTRANGEIRO**.

A menos que ele ou ela tenha apresentado um **REGISTRO VERDADEIRO E COMPLETO** junto ao **PROCURADOR-GERAL DOS ESTADOS UNIDOS, 10 DIAS ANTES DE CADA JULGAMENTO**, UM **ENFRENTA 5 ANOS DE PRISÃO** por violar o requisito de registro de agentes estrangeiros.

ESTES AGENTES DEVEM SER DENUNCIADOS ao SERVIÇO DE SEGURANÇA NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e ao Procurador-Geral da República, incluindo o GABINETE DOS AGENTES ESTRANGEIROS.

FRAUDE LEGAL E CRIMINALIDADE BANCÁRIA

Quaisquer documentos gerados por tribunais em violação de **18 U.S.C. 1717** resultarão em **10 ANOS DE PRISÃO PARA PAPÉIS NÃO POSTÁVEIS** com o nome artificial *ens legis* nomeado, que é **FRAUDE DE ACORDO COM 18 U.S.C. 1341**.

O último parágrafo diz respeito a **30 ANOS PARA FRAUDE BANCÁRIA, E É O QUE ACONTECE NOS TRIBUNAIS: uma JANELA DO BANCO FEDERAL RESERVE para TÍTULOS E CERTIFICADOS DE SEGURANÇA**.

Isto é pura **atividades de EXTORSÃO** de acordo com **18 USC 1961 - 1968** e **PIRATARIA** de acordo com **18 USC 1661 - 1651**.

Depois de ler todos estes factos, já não se pode dizer "**Ich Habbe es Nicht gewust**", foi **parte ativa do mesmo e, portanto, deixou de ser repressivo para a população do seu próprio município**.

A detenção do advogado Arno van Kessel por falsos motivos para acusar os autores do genocídio falhou completamente, nós, a população, estamos a processar todos os co-perpetradores, desde a organização até à execução, para forçar injeções letais sobre a população sob o pretexto de que o estão a fazer por outra pessoa, mas com coerção e chantagem para prender os idosos e forçar as crianças a serem injetadas com uma arma biológica, onde até hoje mais de 20.000.000 de pessoas em todo o mundo morreram por causa disso, mas é mantido em silêncio pelos **Perpetradores e executores na Política** com a cumplicidade do público e emissoras comerciais e jornais neste projeto planejado GENOCÍDIO.

Fim da mensagem

[ASSINATURA (AZUL):]